



MATHEUS BARBOSA DE SANTANA

A APLICAÇÃO DO ODS PARA O TURISMO: UM ESTUDO DE CASO DA REGIÃO
TURÍSTICA PONTAL PAULISTA

Rosana
2024

MATHEUS BARBOSA DE SANTANA

A APLICAÇÃO DO ODS PARA O TURISMO: UM ESTUDO DE CASO DA REGIÃO
TURÍSTICA PONTAL PAULISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo da Faculdade de Engenharia e Ciências - Câmpus de Rosana, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientador (a): Profa. Dra. Renata Maria Ribeiro.

Rosana

2024

S232a

Santana, Matheus Barbosa

A aplicação dos ODS para o turismo: um estudo de caso da região pontal paulista / Matheus Barbosa Santana. -- Rosana, 2024
82 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Turismo) -
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Engenharia e
Ciências, Rosana

Orientadora: Renata Ribeiro

1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2. Turismo. 3.
Região Turística Pontal Paulista. 4. Índices de desenvolvimento
sustentável das cidades. I. Título.

MATHEUS BARBOSA DE SANTANA

A APLICAÇÃO DO ODS PARA O TURISMO: UM ESTUDO DE CASO DA REGIÃO
TURÍSTICA PONTAL PAULISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Turismo da Faculdade de
Engenharia e Ciências - Câmpus de Rosana,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para
obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Rosana, _26_/_11_/2024.

Componentes da Banca Examinadora:

Presidente e Orientador: Renata Maria Ribeiro

Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”

Membro Titular: Roberson Da Rocha Buscioli

Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”

Membro Titular: Fausi Kalaoum

Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar agradecendo primeiramente à Deus por me proporcionar mais um dia de vida e me capacitar para realizar esse grande feito na minha história e a minha pessoa - um jovem negro de origem periférica que sempre sentiu que tinha um potencial enorme guardado e tinha o desejo de desbravar o mundo.

Essa maneira de pensar não seria possível sem a pessoa que sempre foi uma referência em minha vida inteira – a minha mãe, uma mulher batalhadora e a pessoa mais dedicada que conheci. Sempre independente de tudo, esteve ao meu lado nos momentos bons e ruins, acreditando sempre na minha capacidade e me educando da melhor forma possível. Você é minha heroína.

A minha professora e orientadora Renata Maria Ribeiro, que foi muito mais que uma professora para mim por me acolher e fazer com que eu sempre buscasse me desafiar todos os dias. Te agradeço por todos os conselhos, conversas, risadas e muitas outras coisas que realizamos para além de uma sala de aula, foi realmente uma parceria conjunta.

Meus amigos e pessoas próximas foram essenciais dentro desse processo também, menção honrosa ao meu melhor amigo Gabriel Guedes Ventura que sempre esteve por perto em todos os momentos difíceis e bons, saiba você é uma pessoa essencial que me ensina várias coisas todas as vezes que conversamos, obrigado por ser essa pessoa de luz.

Obrigado à todas as pessoas que pude conhecer da cidade, pelo acolhimento e pelos momentos que nunca esquecerei desde que cheguei na cidade, aprendi que sempre podemos buscar o melhor das pessoas e do que o mundo tem para oferecer, deixando a vida mais leve e mais colorida.

Gratidão aos momentos de reflexão que aconteciam todas as manhãs desde o momento em que acordava admirando a galáxia e as estrelas até a subida da Barrageiros, ouvindo o barulho do vento batendo nas árvores, o canto dos pássaros, os alunos subindo para a faculdade e além do sol que aquecia todos os dias.

Lembrarei sempre das experiências vividas, visitas técnicas pela faculdade, desde a minha primeira apresentação no Fórum Internacional de Turismo em Foz do Iguaçu até outras visitas como Bonito, Jardins, Euclides da Cunha, Bauru, Araraquara, Terra Rica e muitas outras que marcaram minha vida.

Hoje, chego nessa etapa de minha vida tendo plena consciência que foram muitos aprendizados e mudanças de ciclos que fizeram amadurecer, nem consigo explicar minha satisfação. Consigo ver um filme passando em minha mente que me conecta a um sentimento maravilhoso. Valeu a pena cada momento!

RESUMO

O desenvolvimento sustentável nas cidades ao redor do mundo encontra-se com um cenário cada vez mais desafiador para um futuro de desigualdades sociais, econômicas e ambientais. O turismo e a Agenda 2030 da ONU atuando em conjunto adquirem um papel fundamental para regiões menos desiguais, tendo o turismo na linha de frente o desenvolvimento sustentável. O presente trabalho propôs identificar os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como subsídio à governança municipal para o planejamento do turismo na Região Turística Pontal Paulista (RTPP), como forma de fortalecer o turismo sustentável. Essa proposta surgiu a partir da problematização sobre quais os indicadores do ODS poderão ser incorporados ou utilizados junto às ações de planejamento dos atrativos turísticos da RT Pontal Paulista. Dessa forma, ao acordo do intuito almejado a pesquisa buscou explorar procedimentos metodológicos qualitativos e quantitativos na utilização de artigos científicos e no auxílio de plataformas nacionais para o entendimento da realidade regional turística dentro do desenvolvimento do turismo e dos ODS da Agenda 2030. Os resultados apontam a relação dos Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 com as ações do turismo sustentável, possibilitando a criação de propostas para a melhoria dos indicadores da Região Turística Pontal Paulista.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Turismo; Região Turística Pontal Paulista; Índices de desenvolvimento sustentável das cidades.

ABSTRACT

Sustainable development in cities around the world faces an increasingly challenging scenario for a future of social, economic and environmental inequalities. Tourism and the UN 2030 Agenda participants together acquired a fundamental role for less unequal regions, with tourism at the forefront of sustainable development. The present work aimed to identify the indicators of the Sustainable Development Goals (SDGs) as a subsidy to municipal governance for tourism planning in the Pontal Paulista Tourist Region (RTPP), as a way to strengthen sustainable tourism. This proposal arose from the questioning of which SDG indicators could be incorporated or used in planning actions for tourist attractions at RT Pontal Paulista. In this way, in accordance with the desired purpose, the research sought to explore qualitative and quantitative methodological procedures in the use of scientific articles and in the assistance of national platforms to understand the regional tourist reality in the development of tourism and the SDGs of the 2030 Agenda. The results point to the relationship between the Sustainable Development Goals of the 2030 Agenda and sustainable tourism actions, enabling the creation of proposals to improve indicators in the Pontal Paulista Tourist Region.

Keywords: Sustainable Development Goals; Tourism; Pontal Paulista Tourist Region; Sustainable development indices for cities.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MTUR – Ministério do Turismo

RT Pontal Paulista – Região Turística Pontal Paulista

IDSC-BR – Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

SETUR – Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo

ONU – Organização das Nações Unidas

OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PPA – Plano Plurianual

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estratégias para a Promoção do Turismo Sustentável nos ODS;	
Quadro 2: Artigo 5º da Política Nacional do Turismo e sua relação aos ODS da Agenda 2030;	
Quadro 3: Programas e projetos do Ministério do Turismo em esfera federal;	
Quadro 4: Instrumentos legais da institucionalização da Agenda 2030 no Estado de São Paulo.....	35
Quadro 5: Comissão Estadual para os ODS e seus subgrupos.....	37
Quadro 6: Temas de análise pela plataforma Mapa do Turismo.....	46
Quadro 7: Índice de desenvolvimento sustentável dos municípios da RT Pontal Paulista na IDSC-BR.....	48
Quadro 8: Indicadores geral da RT Pontal Paulista.....	49
Quadro 9: Número de Indicadores “Há grandes desafios” na RT Pontal Paulista.....	51
Quadro 10: Filtro dos indicadores há desafios significativos para o turismo na RT Pontal Paulista.....	52
Quadro 11: Filtro dos Indicadores (Há desafios) para o turismo na RT Pontal Paulista.....	53
Quadro 12: Ações dos Indicadores do IDSC-BR no Turismo na RT Pontal Paulista.....	54
Quadro 13: Proposta de reformulação nacional das ações de desenvolvimento sustentável do turismo dentro da RT Pontal Paulista.....	56
Quadro 14: Proposta de projetos para desenvolvimento do turismo sustentável na RT Pontal Paulista.....	58
Quadro 15: Proposta de ações na realidade da RT Pontal Paulista pelos autores.....	60
Quadro 16: Proposta de ação no indicador de investimento público em infraestrutura urbana por habitante no turismo.....	62
Quadro 17: Proposta de ação no indicador emissão de CO2.....	64
Quadro 18: Proposta de ação no indicador taxa de áreas florestadas e naturais no turismo.....	65
Quadro 19: Proposta do indicador de investimento público em sociedade civil.....	66
Quadro 20: Proposta de ação no indicador mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham no turismo.....	67
Quadro 21: Proposta de ação no indicador PIB per capita no turismo.....	68
Quadro 22: Proposta de ação no indicador desemprego no turismo.....	69
Quadro 23: Proposta de ação no indicador desemprego de jovens no turismo.....	70
Quadro 24: Proposta de ação do indicador jovens que nem estudam nem trabalham.....	71

Quadro 25: Proposta da estruturação de grau de estruturação das políticas de transparências.....	72
Quadro 26: Melhorias aos municípios da RT Pontal Paulista.....	73

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
2.	METODOLOGIA.....	17
3.	CAPÍTULO 1: ODS E SUSTENTABILIDADE PARA O TURISMO.....	19
3.1	Os ODS: Do Geral para o turismo.....	19
3.2	ODS no Turismo.....	22
3.3	A Política Nacional de Turismo e os ODS da Agenda 2030	27
4.	CAPÍTULO 2: ODS NO ESTADO DE SÃO PAULO	35
4.1	Política dos ODS no Estado de São Paulo	35
4.2	Indicadores dos ODS nas cidades do Estado de São Paulo pela plataforma IDSC-BR	39
4.3	Estado de São Paulo e os ODS: Regiões Turísticas.....	42
5.	CAPÍTULO 3: RT PONTAL PAULISTA E OS ODS.....	43
5.1	Região turística pontal paulista no mapa do turismo.....	44
5.2	Índice dos municípios da RT Pontal Paulista no ODS da Agenda 2030 47	
6.	RESULTADOS	49
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
8.	REFERENCIAL TEÓRICO	75

1. INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras, assim como outras ao redor do mundo, enfrentam diversos desafios complexos em relação ao desenvolvimento sustentável. A combinação observada do crescimento populacional, demanda por infraestrutura e a intensificação das desigualdades nos espaços urbanos e rurais geram um retrato desse impacto na elaboração de estratégias inovadoras e sustentáveis nas mais diversas frentes em um país continental como o Brasil.

Atualmente, a utilização dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 tem sido apontado enquanto uma ferramenta subsídio à governança municipal para o planejamento do turismo sustentável, retratando um cenário de diversas oportunidades para as cidades globais. Esse aspecto permite municípios brasileiros localizados em regiões estratégicas a desenvolverem a governança inovadora ao alinhar suas ações municipais com os ODS da ONU.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 retratam um marco no intuito de promover um futuro mais justo e próspero para as nações globais. Os 17 objetivos e 169 indicadores, orientam os países ao caminho do desenvolvimento sustentável em diversos temas associados ao contexto social, econômico e ambiental, mas com diversos desafios de implementação nos governos locais que necessitam de estratégias inovadoras.

O turismo sustentável permite uma nova holística ao avanço da Agenda 2030 no cenário internacional e nacional. O setor trabalha de forma intersetorial com os indicadores de desenvolvimento da Agenda 2030 da ONU, tendo em vista sua aplicabilidade direta e indireta, impactando positivamente a sociedade, economia e no meio ambiente nos destinos turísticos.

No cenário brasileiro, a Política Nacional do Turismo em conjunto com os ODS evidencia estratégias para os governos em posicionar o turismo sustentável para a implementação de políticas multilaterais, a partir das ações que devem ser realizadas dentro de cada inciso mencionado. Assim, possibilitando uma articulação dos governos estaduais a utilizarem a Agenda 2030 em complemento com políticas de turismo para a melhoria de vida e a diminuição das diferenças dentro das cidades em amplos sentidos.

No Estado de São Paulo, a Agenda 2030 utilizada com o turismo deve retratar um ambiente emergente para ações inovadoras. Dessa forma, pode permitir que municípios compreendam sua relação com as políticas públicas desempenhando papel estratégico ao

desenvolvimento regional do estado, e assim proporcionar uma orientação aos gestores municipais no âmbito das regiões turísticas, a exemplo da Região Turística Pontal Paulista.

As plataformas nacionais de monitoramento: Mapa do Turismo e Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR) retratam a importância do monitoramento e elaboração de estratégias nas localidades turísticas, tendo em vista as características regionais dos municípios para o desenvolvimento do turismo sustentável e consequentemente das desigualdades em regiões como a Região Turística Pontal Paulista.

Dessa forma, este estudo explorou identificar os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como subsídio à governança municipal para o planejamento do turismo na Região Turística Pontal Paulista-RTPP como forma de desenvolver propostas para o desenvolvimento do turismo sustentável regional em municípios do interior.

2. METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido é caracterizado por ser um estudo de caso da Região Turística Pontal Paulista levando em conta seus aspectos atrelados aos ODS no desenvolvimento do turismo, fazendo um recorte em relação a governança municipal. Dessa forma, a composição do estudo busca explorar a problematização do tema sobre entender quais as ações que a Região Pontal Paulista precisa realizar para que os municípios participantes possam inserir os ODS como ação efetiva em busca da sustentabilidade turística.

No escopo deste trabalho, a pesquisa pode ser caracterizada como estudo de caso em que o território se enquadra junto aos 13 municípios pertencentes à RT Pontal Paulista que são: Anhumas, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Pirapozinho, Rosana, Sandovalina, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio

O estudo de caso se posiciona em buscar o aspecto essencial em uma situação que apresenta ser única e especial na produção de conhecimento sobre a Região Turística Pontal Paulista. Não obstante, buscando a perspectiva utilizada de profundidade sobre seus detalhes, a fim de ser um modelo replicável em outras localidades.

No escopo deste trabalho, a pesquisa qualitativa obtém um papel essencial para o percorrer sobre a temática, uma vez que explora o conhecimento do fenômeno social em toda sua complexidade que proporciona analisar, observar e descrever temas específicos por meio de técnicas interpretativas (Rodrigues; Oliveira; Santos, 2021).

Para o desdobramento do estudo, utilizou-se das contribuições da pesquisa descritiva e exploratória. A primeira de cunho descritivo, trabalha em coletar diversas características, meios e variações que englobam um fenômeno ou um segmento (Nunes; Nascimento; Luz, 2016). Dessa forma, este trabalho amplia o conhecimento sobre a temática e propõe estratégias com base em autores, organizações nacionais e internacionais em uma localidade com a ausência de pesquisas sobre o assunto.

Diante desses fatores, o estudo procura usar a técnica de pesquisa bibliográfica por meio de livros, conceitos etc., bem como a utilização da pesquisa documental no auxílio das cartilhas, documentos governamentais e municipais, às quais se caracterizam como fontes

primárias. Além disso, para a realização das análises referentes aos ODS e sua relação com o turismo será desenvolvida uma estrutura metodológica analítica de composição indicadores intercruzados, índices, fatores, e ações realizadas nos municípios envolvidos.

A metodologia da amostragem dos resultados iniciais baseou-se no uso da plataforma IDSC-BR para coleta de dados, a fim de categorizar a realidade dos municípios da RT Pontal Paulista dentro dos ODS da Agenda 2030 da ONU sobre por meio da coleta do seu nível de desenvolvimento, pontuação geral do município e um panorama geral dos ODS classificados em “muito baixo” no desenvolvimento sustentável.

O segundo estágio dos resultados utilizou um critério de coleta dos indicadores apresentados em “muito baixos” e a aplicação de um filtro de seleção dos indicadores em que o turismo poderia auxiliar diretamente para o desenvolvimento sustentável. A filtragem de seleção baseou-se no método que identificava os “Indicadores Potenciais” para o turismo, observado no documento *Achieving the Sustainable Development Goals through Tourism – Toolkit of Indicators for Projects (TIPs)* pela Organização Mundial do Turismo (OMT).

O método de Indicadores Potenciais determina o indicador a ser trabalhado dentro da área do turismo, dividindo o processo em duas etapas, sendo a primeira categorizar o tema e depois desenvolver seu subtema.

A partir desse recorte, observou-se a necessidade de adaptar as propostas de ações apresentadas no documento ao contexto da RT Pontal Paulista, tendo em vista que as propostas dentro do turismo não condiziam com a realidade local dos municípios que apresentam características únicas em relação ao planejamento e a atividade turística. Neste cenário, as propostas de ação no turismo foram adaptadas a RT Pontal Paulista dentro do contexto proposto pela Organização Mundial do Turismo (OMT) de turismo sustentável para a Agenda 2030.

As propostas foram realizadas pelos autores ao relacionar informações do IDSC-BR com os documentos da nacionais e internacionais dentro do contexto da RT Pontal Paulista. Essa estratégia possibilitou uma dinâmica, pois não foi encontrado documentos nacionais evidenciando o papel e estratégias de promoção do ODS pelos municípios em regiões turística como é o caso dos 13 municípios localizados na RT Pontal Paulista.

3. CAPÍTULO 1: ODS E SUSTENTABILIDADE PARA O TURISMO

3.1 Os ODS: Do Geral para o turismo

A criação da Agenda 2030 compõe novos desafios em relação a busca do desenvolvimento sustentável por estratégias e diretrizes intergovernamentais que ampliem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável inicialmente propostos pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) organizado em 2000, qual contemplava apenas oito objetivos dos quais deveriam ser atingidos até o ano de 2015 (CARTILHA, ODS, 2015) - Revisar. Dessa forma, a nova agenda delimitou um pacto mais integrado e medidas mais específicas entre os países membros em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os 17 ODS instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, propuseram um apelo Global até 2030 para ações de erradicação da pobreza, proteção do meio ambiente e o clima, a fim de proporcionar igualdade social, assim como assegurar a prosperidade e a paz mundial por meio de um plano composto 17 ODS e 169 metas globais integradas (UNDESA, 2015). Portanto, é possível compreender a importância da Agenda 2030 no combate aos diversos problemas globais que afetam as sociedades e o meio ambiente em desenvolver-se de forma sustentável e próspera.

A Agenda 2030 visa garantir o desenvolvimento sustentável mundial na promoção de valores de direito universal a todos os países (UNDP, 2015). Essa busca um meio direto para o aprimoramento da economia, inclusão social, e proteção ambiental (Wichaisri & Sopadang, 2018). Neste contexto, utilizar o desenvolvimento sustentável é fundamental para a promoção dos países e, assim, aos objetivos propostos na Agenda 2030.

O *Global Sustainable Development Report* (GSDR), desenvolvido pelo Departamento de Economia e Assuntos Sociais da ONU (UNDESA), destaca que o desenvolvimento do ODS é reflexo de ações feitas a nível de governança, economia e financeiro, individuais e coletivas, ciência e tecnologia, e a capacidade de construção (UNDESA, 2023). Dessa forma, o progresso bem sucedido do ODS depende de abordagens abrangentes envolvendo os diferentes níveis e todos os setores da sociedade.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as metas alinhadas na agenda *Transforming Our World - the 2030 Agenda for Sustainable Development* são estruturados de forma a promover integração e indivisão em âmbito global, visando as diferentes realidades e prioridades nacionais de cada membro e as políticas estabelecidas (UNDESA, 2015). Em outras palavras, os ODS são um plano global para o desenvolvimento sustentável

que é ao mesmo tempo universal e flexível, pois reconhecem que os países membros têm diferentes pontos de partida e necessidades.

Os Objetivos de Desenvolvimento Global da Agenda 2030 abordam diversos temas que circundam os problemas sociais, ambientais e econômicos em escala global. Desta forma, a Figura 1 destaca o papel dos 17 ODS definidos na Assembleia Geral:

Figura 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030



Fonte: United Nations Development Program (UNDP), 2023.

A Figura 1 retrata a relação que os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com a prosperidade justa e sustentável nas sociedades globais no combate a pobreza (ODS 1); fome zero e agricultura sustentável (ODS 2); saúde e bem-estar (ODS 3); Educação de Qualidade (ODS 4); Igualdade de gênero (ODS 5); Água potável e saneamento (ODS 6); Energia limpa e acessível (ODS 7); Trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Redução das Desigualdades (ODS 10); Cidades, comunidades sustentáveis (ODS 11); Consumo e produção responsáveis (ODS 12); Ação contra a mudança global do clima (ODS 13); Vida na água (ODS 14); Vida Terrestre (ODS 15); Paz, justiça e Instituições eficazes (ODS 16); Parcerias e meios e implementação (ODS 17).

Os Objetivos de desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU são monitorados diretamente pelo Fórum Político de Alto Nível (HLPF) da Organização Mundial das Nações Unidas, que supervisiona e avalia o andamento da agenda em escala

global, junto a Assembleia Geral, ECOSOC, e outros Órgãos e Fóruns relacionados (UNDESA, 2015). Logo, a Agenda 2030 é supervisionada de forma que exige um amplo trabalho em conjunto das entidades da ONU para garantir que os 17 ODS estão sendo desenvolvidos.

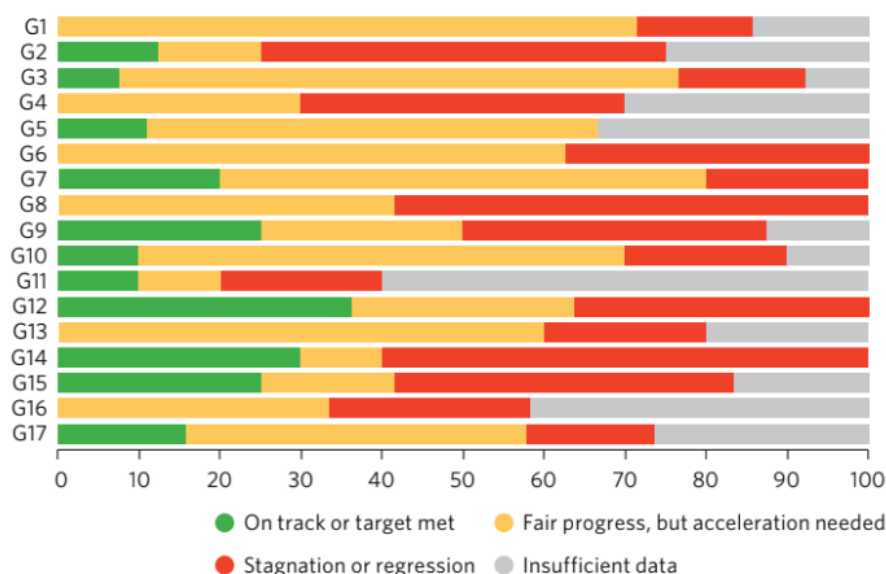
O aspecto de construção das metas globais, apontou-se enquanto o principal desafio no Conselho Econômico e Social pelos Princípios fundamentais das Estatísticas Oficiais, pela produção de dados disponibilizados de forma imparcial, a utilização de métodos concisos e procedimentos de coleta, além armazenamentos seguros, uma apresentação concisa e a eficiência das informações disponibilizadas (UNSD, 2014).

Segundo Kronemberger (2019), assessora do gabinete da presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estes desafios na construção dos indicadores globais dos ODS são decorrentes da ausência de metodologias específicas para alguns indicadores, carências estatísticas, entre outros aspectos.

Neste sentido, a utilização de outros métodos se torna indispensáveis para a construção dos indicadores globais, visando a ausência de métodos eficazes.

Neste sentido, quando analisamos essa realidade e observamos o quadro dos dados globais acerca das 17 ODS e o andamento das metas globais de acordo com a edição especial do *The Sustainable Development Goals Report* de 2023, podemos entender a real complexidade em âmbito global e como isso impacta no progresso da Agenda 2030 a partir da Figura 2:

Figura 2: Avaliação do progresso para as metas com base nas metas avaliadas 2023



Fonte: *The Sustainable Development Goals Report*, 2023.

Observa-se na Figura 2 o progresso dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em âmbito global. É possível identificar quatro dimensões no desenvolvimento dos ODS, onde a coloração verde indica as metas atingidas, amarela indica as metas em andamento, vermelhas sobre as metas em estado de estagnação ou regressão e as em coloração cinza que retratam a insuficiência de dados.

3.2 ODS no Turismo

O documento oficial publicado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) em 2018, *Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030*, destaca o turismo nos ODS. Segundo o documento, o Turismo é uma atividade econômica, capaz de promover o empoderamento das comunidades receptoras, integração entre os *trades* turísticos, promoção da paz e a preservação de culturas (UNWTO, 2018, pág. 4).

De acordo com o *World Tourism Organization* (UNWTO) no documento *Goa Roadmap for Tourism as a Vehicle for Achieving the Sustainable Development Goals*, o turismo bem coordenado possibilita auxiliar no diálogo para os países progredirem no cumprimento dos ODS, promovendo o crescimento econômico, geração de empregos, redução das desigualdades e promoção da sustentabilidade cultural e ambiental alinhada com os princípios estabelecidos no Código Global de Ética para o Turismo (UNWTO, 2023).

De acordo com a *World Tourism & Travel Council* (WTTC, 2023), o impacto do turismo econômico no setor de Viagens e Turismo movimentou em 2022 cerca de 7,6% do PIB mundial, um aumento de 22% em comparação ao ano de 2021. Portanto, o turismo vem demonstrando um crescimento exponencial nos últimos anos, que retrata a importância do setor para a economia global (WTTC, 2023).

Além disso, o setor em 2022 marcou a criação de 22 milhões de trabalhos atrelados ao setor, um crescimento de 7,9% em relação ao ano anterior (WTTC, 2023). Dessa forma, o turismo demonstrou um aumento expressivo da geração de emprego e renda para os indivíduos que trabalhavam vinculados ao setor.

Não obstante, o documento oficial do UNWTO *World Tourism Barometer* indicou que o turismo internacional cresceu cerca de 86% nos quatro primeiros meses de 2023 em comparação ao ano de 2022 no mesmo período, tendo em vista que o setor apresentou 1 trilhão de recuperação em receitas naquele ano (UNWTO, 2023, p. 1). Assim, é possível identificar como expansão do setor vem contribuindo gradativamente para com a aceleração da economia global.

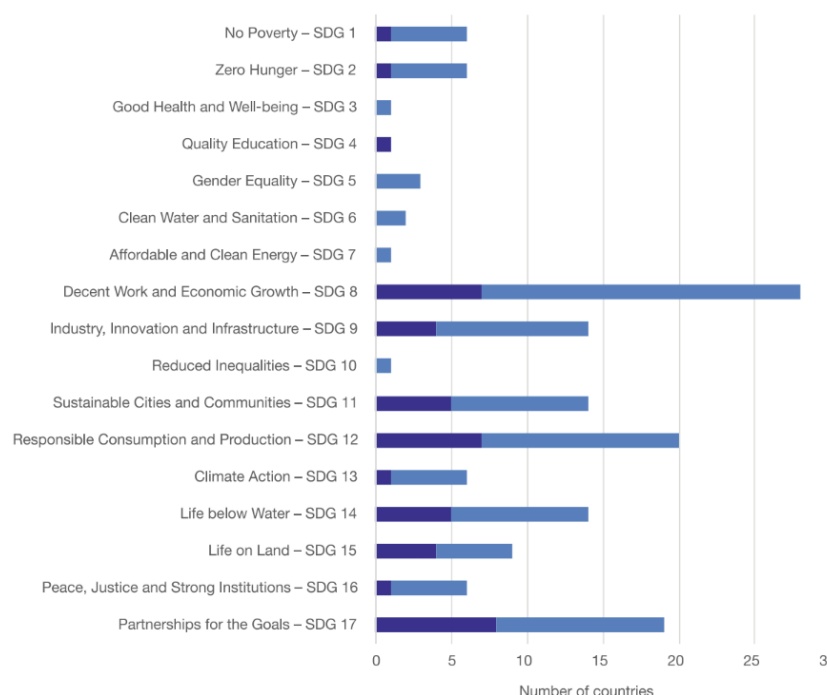
A importância do setor do turismo no procedimento dos ODS foi atualmente discutida e reconhecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Na Resolução 77/178, de 14 de dezembro de 2022, colocou-se em pauta a necessidade da “Promoção do turismo sustentável e resiliente, incluindo o ecoturismo, para a erradicação da pobreza e a proteção do ambiente” (UN, 2022). Portanto, o turismo deve envolver o desenvolvimento sustentável como princípio de forma a contribuir para a sociedade e o meio ambiente.

O turismo tem papel fundamental no processo da Agenda 2030 enquanto promotor da geração de emprego e promoção do desenvolvimento local, da cultura e dos produtos se reflete direta nos ODS 8.9, 12b e 14.7 que englobam ações específicas ao turismo (UNWTO, 2023). Neste sentido, o setor é importante para a Agenda 2030, tendo em vista que impacta diretamente nesses ODS.

Destaca-se ainda, de acordo com o relatório “*Achieving the Sustainable Development Goals Through Tourism: Toolkit of Indicators for Projects (TIPs)*” que o turismo atua além dos ODS 8, 12 e 14. Seu alcance auxilia na geração de oportunidades, sejam elas diretas e indiretas para atingir outros indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (UNWTO, 2023). Dessa forma, o turismo não se limita a atuar sobre um único eixo da Agenda 2030, ele pode ser uma ferramenta crucial para que outras metas possam progredir e serem beneficiadas indiretamente.

As Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs) de 41 países coletada pela Organização Mundial do Turismo (UNWTO) demonstra a relação possível do turismo com cada meta da Agenda 2030, (Figura 3):

Figura 3: Número de países que mencionam o turismo nas suas Revisões Nacionais Voluntárias (RNV), em relação aos ODS



Fonte: *Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030* (UNWTO, 2018).

Ao analisar a Figura 3 podemos perceber que o turismo é mencionado em alguns ODS nas Revisões Nacionais Voluntárias (RNV), sendo responsável por ter auxiliado esses países a promover ações no combate à pobreza (ODS 1); fome zero e agricultura sustentável (ODS 2); Educação de Qualidade (ODS 4); Trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades, comunidades sustentáveis (ODS 11); Consumo e produção responsáveis (ODS 12); Ação contra a mudança global do clima (ODS 13); Vida na água (ODS 14); Vida Terrestre (ODS 15); Paz, justiça e Instituições eficazes (ODS 16); Parcerias e meios e implementação (ODS 17). Além disso, o turismo é mencionado como forma de desenvolver outras metas como saúde e bem-estar (ODS 3); Igualdade de Gênero (ODS 5); Água potável e saneamento (ODS 6); Energia limpa e acessível (ODS 7); Redução das Desigualdades (ODS 10) e Ação contra a mudança global do clima (ODS 13). Dessa forma, o turismo sustentável pode ser aplicado em um amplo cenário ao analisar sua aplicabilidade em cada ODS.

Na reunião técnica sobre COVID-19 e Recuperação Sustentável no Setor do Turismo, realizada em Geneve em 2022, foi discutido que o setor do turismo tem experimentado uma expansão e diversificação para se tornar um dos mais rápidos setores

econômicos globais no pós-pandemia (ILO, 2022). Portanto, o seu crescimento rápido do setor retrata sua importância para as economias globais diante dos impactos do COVID.

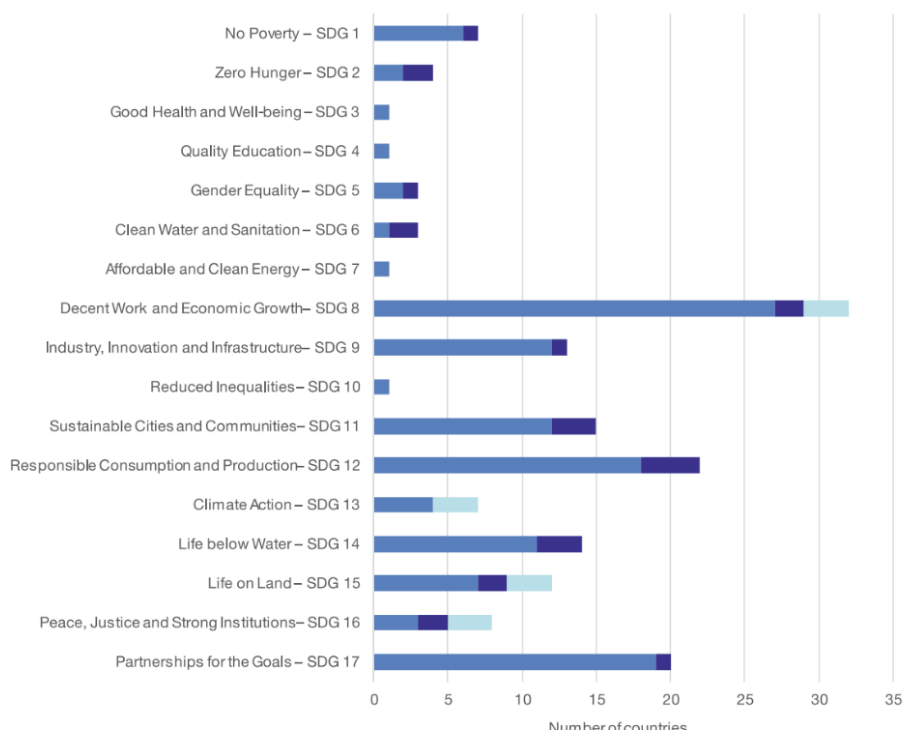
A *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD) no documento *Tourism Trends and Policies 2022*, a pandemia COVID-19 promove um cenário de maior sensibilidade à transição de uma economia turística mais verde que adote políticas inovadoras ao setor atreladas ao Acordo de Paris e os ODS (OECD, 2022). Dessa forma, os governos globais devem inovar na aplicação das suas políticas públicas alinhadas à Agenda 2030.

Mundialmente, embora as regiões globais tenham diferenças, o setor apresenta déficits de trabalho, a prevalência da informalidade, jornadas de trabalhos variáveis e longas, salários baixos, ausência de acesso à proteção social, discriminação de gênero, etc. Logo, esses cenários demonstram que ainda existem desafios no turismo para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Uma ação imediata deve ser feita no turismo para reduzir as ameaças às alterações climáticas, emissões de carbono e a poluição, melhorar eficiência energética, o uso de recursos e a prevenção da perda biodiversidade e ecossistemas através políticos funcionais de turismo que fomentem a economia verde, modelos de negócios, cadeias de valor do turismo (OECD, 2022). Neste sentido, é preciso investir em políticas sustentáveis dentro das áreas relacionadas ao setor.

Diante disso, as 41 Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs) desenvolvida pela Organização Mundial do Turismo (UNWTO) aponta oportunidades, desafios e ameaças ao turismo nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável(ODS) (figura 2):

Figura 4: Oportunidades, desafios e ameaças ao turismo em relação aos ODS, como reportado nas 41 Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs)



Fonte: *Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030*, UNWTO, 2018.

De acordo com a Figura 3 as revisões referem as oportunidades, desafios e ameaças para o Turismo ao Desenvolvimento Sustentável a nível nacional e internacional. As “oportunidades” no setor são citadas em todos os 17 ODS, principalmente nos ODS 8, 12 e 17. Os desafios para o setor envolvem os ODS 1, 2, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 16 e 17. As “ameaças” são relacionadas especificamente aos ODS 8, 13, 15 e 16. Dessa forma, podemos perceber que o setor turístico pode abranger amplos cenários que oportunidades, desafios e ameaças para o cumprimento da Agenda 2030.

Diante desta perspectiva, o OECD (2022) retrata que as áreas chaves quais devem estar sendo redirecionadas estratégias para a promoção do turismo sustentável nos ODS (Quadro 1):

Quadro 1: Estratégias para a Promoção do Turismo Sustentável nos ODS

Descarbonização	Promoção da produção e o consumo sustentáveis através do aumento da eficiência da energia, que seja capaz de modelos de economia circular e reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa do turismo (GEE), para atingir zero emissões líquidas até 2050.
Adaptação às alterações climáticas	Construir resiliência do turismo para responder e preparar-se para as alterações climáticas perigosas e impactos ambientais e socioeconômicos relacionados.
Restauração de ecossistemas	Deter e reverter, sempre que possível, o declínio da biodiversidade e destruição de habitats frágeis e contribuir ativamente para melhorar a saúde dos sistemas ecológicos.
Inclusão	Melhorar a igualdade e o empoderamento de indivíduos, comunidades e culturas em alinhamento com os ODS.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em OECD, 2022.

Partindo da análise da Quadro 1, pode-se compreender que o turismo é um setor que abrange de diferentes formas o desenvolvimento sustentável, onde há a existência de desafios complexos a serem atingidos. Contudo, de forma clara, retrata onde o setor deve ser atingido, dando um novo olhar aos formuladores de políticas públicas a medidas dentro da sustentabilidade.

Neste contexto, os formuladores de políticas de turismo possuem um ambiente em potencial para articular e aumentar o desenvolvimento do setor, e ao mesmo tempo aproveitar as oportunidades que se derivam do progresso global em rumo aos ODS (UNWTO, 2018). Dessa forma, a articulação de políticas do turismo deve caminhar junto aos ODS para que adquira fomento necessário para seu desenvolvimento sustentável. Partindo deste princípio, o capítulo posterior explora uma análise holística do diálogo da Política Nacional do Turismo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as respectivas ações para a promoção do desenvolvimento do turismo e a Agenda 2030, observando também os respectivos programas e projetos estratégicos do Ministério do Turismo que podem ser elencados nesse processo.

3.3 A Política Nacional de Turismo e os ODS da Agenda 2030

A Lei Geral do Turismo Nº 11.771/2008 é um conjunto de leis, normas, diretrizes, metas e programas que visam o planejamento, a organização e o turismo no Brasil. A norma tem como objetivo principal tornar o turismo uma atividade econômica sustentável, que gere

emprego e renda, além de contribuir para a inclusão social e preservação do meio ambiente. Dessa forma, seu uso busca tornar o setor do turismo uma ferramenta que contribua ao desenvolvimento sustentável das sociedades.

Ao analisar a Política Nacional do Turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, pode-se perceber similaridades entre ambos nos valores para o desenvolvimento sustentável, social e econômico. Assim, ambos os documentos em atuação conjunta possibilitam o debate acerca do desenvolvimento do turismo sustentável e a Agenda 2030 no Brasil.

Diante deste cenário, teve-se a proposta de compreender a relação do Art. 5º da Lei que instituiu a Política Nacional de Turismo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito do turismo, ilustrado no Quadro 2. Tem-se na coluna 1 os incisos do Artigo 5 da Política Nacional do Turismo; na Coluna 2 os ODS da Agenda 2030; na coluna 3 as áreas descritas da relação com o turismo e a coluna 4 seus respectivos numerários das metas atingidas indiretamente segundo documento *Achieving the Sustainable Development Goals Through Tourism: Toolkit of Indicators for Projects (TIPs)* da Organização Mundial do Turismo (UNWTO), 2023.

Quadro 2: Artigo 5º da Política Nacional do Turismo e sua relação aos ODS da Agenda 2030

Incisos	ODS da Agenda 2030	Áreas de atuação no Turismo	Metas afetadas indiretamente
I - democratizar e propiciar o acesso ao turismo no País a todos os segmentos populacionais, contribuindo para a elevação do bem-estar geral;	ODS 1, 5 e 10;	Comunidade Local; Financiamento; Educação e Treinamento; Infraestrutura; Desenvolvimento econômico local; Emprego e Inclusão.	(10.2); (16.7); (9.1); (11.2); (8.5); (1.3) e (1.b).
II - reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda;	ODS 1, 5, 8 e 10	Emprego; Educação e Treinamento; Gerenciamento de recursos naturais; Padrões de Consumo e produção Sustentáveis; Desenvolvimento econômico local; Emprego e Inclusão.	(10.4); (13.3); (11.b); (13.1); (12); (3.d); (11.4); (14.7); (4.3); (4.4); (11.2) e (9.1).
III - ampliar os fluxos turísticos, a permanência e o gasto médio dos turistas nacionais e estrangeiros no País, mediante a promoção e o apoio ao desenvolvimento do produto turístico brasileiro;	ODS 8, 12 e 17.	Desenvolvimento Econômico Local; Negócios; Cadeia de Valor do Turismo; Parcerias; Investimentos.	(11.4); (14.7); (4.3); (4.4); (9.4); (9.5); (12.b) e (10.7).

Incisos	ODS da Agenda 2030	Áreas de atuação no Turismo	Metas afetadas indiretamente
IV - estimular a criação, a consolidação e a difusão dos produtos e destinos turísticos brasileiros, com vistas em atrair turistas nacionais e estrangeiros, diversificando os fluxos entre as unidades da Federação e buscando beneficiar, especialmente, as regiões de menor nível de desenvolvimento econômico e social;	ODS 8, 9 e 11	Comunidade Local, Empoderamento Feminino, Emprego, Desenvolvimento de Negócios; Tecnologia da Informação e Comunicação, Educação e Treinamento; Gerenciamento de crises e parcerias e Infraestrutura.	(4.3); (4.3); (9.4); (9.5); (5.b); (10.2); (8.9); (11.3); (17.6); (9.1); (7.2); (1.5); (13.1) e (13.2).
V - propiciar o suporte a programas estratégicos de captação e apoio à realização de feiras e exposições de negócios, viagens de incentivo, congressos e eventos nacionais e internacionais;	ODS 9 e 17	Aprimorar a pesquisa e atualizar tecnologias industriais, Conhecimento compartilhando e cooperação para acesso para ciência, tecnologia e inovação e Incentivar parcerias eficazes	(10.7); (8.5); (8.9); (11.3); (4.4); (5.b) e (10.2).
VI - promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica;	ODS 8, 9, 11 e 17	Promover um turismo benéfico e sustentável; Incentivo ao acesso de serviços de financiamento e mercados; Planejamento de desenvolvimento regional e nacionais concretos; Melhorar a coerência política para o desenvolvimento sustentável;	(2.3); (5.1); (10.4); (14.7); (11.4); (5.2); (16.2); (4.4); (5.b); (10.2) e (8.3);
VII - criar e implantar empreendimentos destinados às atividades de expressão cultural, de animação turística, entretenimento e lazer e de outros atrativos com capacidade de retenção e prolongamento do tempo de permanência dos turistas nas localidades;	ODS 8, 10 e 11	Promover políticas para apoiar a criação de empregos e crescimento de Empreendimentos; Promover políticas de inclusão social, econômicas e inclusão universal; Planejamento de desenvolvimento regional e nacionais concretos.	(4.3); (4.4); (9.4); (9.5); (2.3) (5.1); (10.4); (14.7); (11.4); (16.7); (9.1); (11.2); (1.3) e (1.b).
VIII - propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural;	ODS 8, 12, 13 e 14	Promover o turismo benéfico e sustentável; Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar o turismo sustentável; Integrar medidas de mudanças climáticas em políticas e planejamento; Proteger e restaurar ecossistemas.	(4.3); (4.4); (9.4); (9.5); (2.3) (5.1); (10.4); (14.7); (11.4); (1.5); (11.b); (12.1); (7.2); (7.b) e (12.6).
IX - preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística;	ODS 11, 12, 14 e 15	Proteger a herança cultural e natural mundial; Reduzir o impacto ambiental das cidades; Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar o turismo sustentável; Proteger e restaurar sistemas; Conservar e restaurar terrestre e ecossistemas de água doce.	(6.6); (14.2); (2.4); (12.8); (13.2); (13.8); (7.3); (9.4); (9.1); (10.2) e (7.2);

Incisos	ODS da Agenda 2030	Áreas de atuação no Turismo	Metas afetadas indiretamente
X - prevenir e combater as atividades turísticas relacionadas aos abusos de natureza sexual e outras que afetem a dignidade humana, respeitadas as competências dos diversos órgãos governamentais envolvidos;	ODS 1, 5 e 16	Acabar com toda violência contra e exploração de mulheres e meninas; Criar iniciativas de quadros políticos pró-pobres e sensíveis ao gênero; Proteger o abuso, exploração, tráfico e violência infantil; Combater crime organizado e ilícito financeiro e armas de fluxo.	(10.4); (8.7) e (10.1).
XI - desenvolver, ordenar e promover os diversos segmentos turísticos;	ODS 7, 8, 9, 11	Dobrar a melhoria em eficiência energética; Promover políticas para apoiar a criação do trabalho e o crescimento de empreendimentos; Aumentar o acesso a serviços financeiros e mercados; Implementar políticas para inclusão, recurso eficiência e redução de risco de desastres.	(13.2); (9.4);
XII - implementar o inventário do patrimônio turístico nacional, atualizando-o regularmente;	ODS 11, 14 e 15	Proteger a herança cultural e natural; Incentivar os benefícios econômicos do uso sustentável dos recursos marinhos; Aumentar os recursos financeiros para conservar e usar de forma sustentável ecossistemas e biodiversidade.	(8.9); (12.6); (17.6).
XIII - propiciar os recursos necessários para investimentos e aproveitamento do espaço turístico nacional de forma a permitir a ampliação, a diversificação, a modernização e a segurança dos equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às preferências da demanda, e, também, às características ambientais e socioeconômicas regionais existentes;	ODS 11, 14 e 15	Urbanização inclusiva e sustentável; Proteger e restaurar ecossistemas; Integrar ecossistemas e biodiversidade em planejamento governamental.	(12.6); (15.7); (14.2); (4.7); (12.1).
XIV - aumentar e diversificar linhas de financiamentos para empreendimentos turísticos e para o desenvolvimento das pequenas e microempresas do setor pelos bancos e agências de desenvolvimento oficiais;	ODS 8 e 17	Diversificar, inovar, e atualizar para uma econômica produtiva; Melhorar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	(5.2); (16.2); (4.3); (4.4); (9.4); (9.5); (8.5); (10.7).
XV - contribuir para o alcance de política tributária justa e equânime, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, para as diversas entidades componentes da cadeia produtiva do turismo;	ODS 8, 10 e 17	Promova políticas para apoiar o trabalho, criação e crescimento empreendimentos; Incentivar parcerias eficazes.	(4.3); (4.4); (9.4); (9.5); (2.3); (5.1); (10.4); (14.7);

Incisos	ODS da Agenda 2030	Áreas de atuação no Turismo	Metas afetadas indiretamente
XVI - promover a integração do setor privado como agente complementar de financiamento em infra-estrutura e serviços públicos necessários ao desenvolvimento turístico;	ODS 9 e 11	Atualizar todos os setores e infra-estruturas para sustentabilidade; Urbanização inclusiva e sustentável;	(17.17); (9.1); (10.2); (7.2);
XVII - propiciar a competitividade do setor por meio da melhoria da qualidade, eficiência e segurança na prestação dos serviços, da busca da originalidade e do aumento [...]	ODS 8, 9 e 12	Promover o turismo benéfico e sustentável; Aumentar o acesso a serviços financeiros e mercados; Incentivar as empresas a adotar [...]	(4.3); (4.4); (9.4); (9.5); (2.3); (5.1); (10.4); (14.7); (5.b); (10.2)
XVIII - estabelecer padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços por parte dos operadores, empreendimentos e equipamentos turísticos;	ODS 3, 8 e 9	Reduzir ferimentos e mortes em estradas; Diversificar, inovar, e atualizar para uma economia produtiva; Aumentar o acesso a serviços financeiros e mercados;	(9.1); (11.2); (4.3); (4.4); (9.4); (9.5); (2.3); (5.1); (10.4); (14.7); (5.b); (10.2);
XIX - promover a formação, o aperfeiçoamento, a qualificação e a capacitação de recursos humanos para a área do turismo, bem como a implementação de políticas que viabilizem a colocação profissional no mercado de trabalho;	ODS 4, 8 e 9	Educação para sustentável Desenvolvimento e cidadania global; Promova políticas para apoiar o trabalho criação e crescimento empreendimentos; Aumentar o acesso a serviços financeiros e mercados.	(10.4); (14.7); (5.b); (10.2)
XX - implementar a produção, a sistematização e o intercâmbio de dados estatísticos e informações relativas às atividades e aos empreendimentos turísticos instalados no País, integrando as universidades e os institutos de pesquisa públicos e privados na análise desses dados, na busca da melhoria da qualidade e credibilidade dos relatórios estatísticos sobre o setor turístico brasileiro.	ODS 9 e 17	Acesso universal à informação e comunicação, tecnologia, conhecimento compartilhando e cooperação para acesso à ciência, tecnologia e inovação.	(9.c); (8.5); (10.7); (4.4); (5.b); (10.2); (8.9); (11.3).

Fonte: Elaborado pelo autor com base em BRASIL, 2008; e UNWTO, 2023.

Ao analisar o Quadro 2, percebeu-se uma correlação dos incisos do Art. 5º da Política Nacional de Turismo e suas proposituras com as áreas de atuação das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dentro do setor do turismo. Na coluna quatro, por exemplo, podemos verificar outras metas que podem ser afetadas indiretamente ao utilizar ações do turismo alinhadas aos ODS da Agenda 2030.

Sobre essa ótica, a Política Nacional de Turismo pode ser uma ferramenta de auxílio à Agenda 2030, por seus objetivos em busca de turismo mais sustentável, principalmente

nos temas de ‘Trabalho Decente e Crescimento Econômico’ (ODS 8), ‘Indústria, Inovação e Infraestrutura’ (ODS 9) e ‘Cidades e Comunidades Sustentáveis’ (ODS 11). Dessa forma, impulsiona o desenvolvimento sustentável em diversas áreas, como os aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais.

Vale ressaltar que cada inciso da Política Nacional do Turismo tem uma integração com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Assim, cada objetivo delimitado dentro da Política Nacional do Turismo consegue abranger diversas metas diretas e indiretas da Agenda 2030, tendo em vista que os ODS são integrados e indivisíveis.

As possibilidades dentro deste cenário para o Brasil, mostram que a Política Nacional de Turismo pode ser uma estratégia de fomento de ações que atendam as necessidades territoriais para o fomento ao turismo sustentável no país, quando relacionamos que suas atividades que vão de encontro com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável delimitados no escopo da Agenda 2030.

Entretanto, este processo de transformação para a sustentabilidade do setor, depende da participação ativa das partes interessadas e das políticas que apoiam e investem no turismo, uma vez que o reconhecem como atividade de extremamente responsável pela promoção de emprego digno para a comunidade, geração de renda e outros serviços auxiliados pelos ODS (UNWTO, 2023).

O fomento ao setor do turismo sustentável não requer somente a vontade do poder público e o compromisso do setor privado em suas ações. Para que os resultados realmente sejam alcançados, deve ocorrer um aumento significativo de bancos multilaterais, tendo em vista a necessidade de ampliação no financiamento do setor (UNWTO, 2018).

O Ministério do Turismo é o órgão responsável pela promoção e desenvolvimento do turismo no Brasil. Cabe a este de acordo com a Política Nacional do Turismo no Art. 3º planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional.

A promoção ao turismo por este órgão inclui, por exemplo, a utilização de programas e projetos que incentivem o desenvolvimento do setor turístico. Por esse fator, foram selecionados os programas e projetos existentes, atribuindo suas respectivas relações com a Política Nacional Turismo e aos ODS, ilustrado no Quadro 3:

Quadro 3: Programas e projetos do Ministério do Turismo em esfera federal

Programas	Objetivo do programa	Política Nacional de Turismo (Incisos)	Meta de ODS de vínculo
Novo Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR	Impulsionar e prover recursos para o financiamento de empreendimentos turísticos considerados estratégicos para o desenvolvimento do turismo nacional, além de oferecer suporte financeiro para a implementação de políticas públicas que promovam a atividade turística.	VII; XI; XIV	ODS 7, 8, 9, 10, 11 e 17
Programa Nacional de Desenvolvimento do turismo - PRODETUR	Apoiar estados, Distrito Federal e municípios no acesso a recursos provenientes de financiamentos nacionais e internacionais, para viabilizar a execução de projetos pautados por prévios processos de planejamento dos territórios priorizados, como uma das medidas para o desenvolvimento, gestão e estruturação dos destinos turísticos, assim como para a geração de mais empregos, renda e inclusão social.	II; XIV	ODS 1, 5, 8, 10, 11 e 17
Investe Turismo	Acelerar o desenvolvimento, aumentar a qualidade e a competitividade em 30 Rotas Turísticas Estratégicas do Brasil, com foco na geração de empregos.	VI; XVII; XIX	ODS 4, 8, 9, 11, 12 e 17
Programa Nacional de Turismo Gastronômico	Desenvolver o Turismo Gastronômico e efetivar a vocação do Brasil como destino de excelência neste segmento, valorizando a diversidade e singularidade de sua gastronomia	III; IV; XI	ODS 7, 8, 9, 11 12 e 17
Programa Mais Crédito Mais Turismo	Possibilitar mais facilidades de crédito para pessoas físicas adquirirem serviços turísticos e viajarem pelo Brasil; e oferecer ao prestador de serviços turísticos produtos, soluções e facilidades da CAIXA para aumentar as vendas de produtos e serviços turísticos brasileiros e alavancar seus negócios, fortalecendo, dessa forma, o turismo doméstico	I; XVII	ODS 1, 5, 8, 9, 10 e 12
Programa de Regionalização do Turismo	fortalecer o desenvolvimento turístico regional de forma integrada e sustentável, por meio da articulação entre os diversos agentes públicos, privados e da sociedade civil.	VI, XIII	ODS 8, 9, 11, 14, 15 e 17
Projeto Experiências do Brasil	Ampliar e diversificar a oferta turística brasileira por meio da formatação de experiências turísticas memoráveis e transformativas ofertadas por povos e comunidades tradicionais em seus territórios.	VIII; IX	ODS 8, 11, 12, 13, 14 e 15
Projeto Piloto Destinos Turísticos Inteligentes	Promover e estimular o desenvolvimento de cidades turísticas brasileiras em Destinos Turísticos Inteligentes.	III; XIII; XVI	ODS 8, 9, 11, 12, 14, 15 e 17
Retomada do Turismo	Desenvolver programas, projetos e ações para mitigar os efeitos negativos causados no setor do turismo no Brasil, em decorrência da pandemia da Covid-19.	XI; XVIII;	ODS 3, 7, 8, 9 e, 11

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Mtur, 2024; BRASIL, 2008 e UNWTO, 2024.

Ao analisar o Quadro 3, pode-se perceber que os programas e projetos ordenados pelo Ministério do Turismo têm objetivos específicos, porém amplos em áreas de atuação, tendo em vista sua abrangência por abordar diversos temas para o desenvolvimento do turismo. Portanto, essas ações auxiliam em diversificar as formas de fomento do turismo, onde demonstra cenários diversos para o setor.

Vale destacar que cada programa e projeto do Ministério do Turismo seguem os princípios dos incisos da Política Nacional de Turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Dessa forma, essas ações impactam além do campo do turismo da Política Nacional do Turismo, pois auxiliam os ODS da Agenda 2030 em busca de promover um turismo sustentável nos diversos segmentos da sociedade.

Pode-se compreender que a intersectorialidade dos ODS, possa incentivar políticas públicas que desenvolvam ações para o fomento do turismo em escala regional e local. Além disso, observa-se que a transversalidade do turismo enquanto ferramenta para atingir os mais diversos setores na busca do desenvolvimento sustentável se faz imprescindível, tendo em vista a relação das suas políticas, programas e projetos com os princípios dos ODS da Agenda 2030.

Alcançar os ODS depende do esforço conjunto e interligado de políticas públicas indivisíveis e integradas, intersectorialmente estruturadas nos princípios da igualdade nas esferas econômica, social e ambiental, onde esteja em primeiro plano a busca pelo desenvolvimento sistêmico e sustentável (Nardone, 2023).

De acordo com Nardone (2023), existem diversos fatores que impedem a implementação dos ODS nas cidades brasileiras. Uma delas decorre sob a inexperiência da adoção de trabalhos intersectoriais conjugados ao ODS em âmbito interno por parte dos servidores.

Implantar políticas de acordo com o modelo dos ODS, exige um amplo campo de visão do desenvolvimento sustentável, onde os ODS devem conduzir as ações e prioridades de longo prazo, indissociáveis com políticas públicas que atendam às necessidades locais (Nardone, 2023). Assim, os ODS devem ser um ponto de referência para o ordenamento de ações indissociáveis ao desenvolvimento sustentável na esfera local.

A cooperação legislativa é indispensável neste sentido, levando em consideração sua capacidade na estruturação de leis e monitoramento de políticas e programas governamentais relacionados à Agenda 2030 (São Paulo (Estado), ALESP, 2023, p. 5) Neste sentido, o auxílio da legislação é fundamental para a Agenda 2030, por sua influência na criação e monitoramento de políticas e programas que promovam o desenvolvimento sustentável.

4. CAPÍTULO 2: ODS NO ESTADO DE SÃO PAULO

4.1 Política dos ODS no Estado de São Paulo

A participação ininterrupta do Governo do Estado de São Paulo, ao longo das décadas, tem mostrado seu compromisso nas discussões internacionais relacionadas ao desenvolvimento sustentável, desde menções notáveis nas Conferências Rio 92 (1992) e Rio+20 (2012), até nas Conferências das Partes (COP's), em destaque para a COP-21 (2015), com a adesão do Acordo de Paris (SÃO PAULO, 2022)

Ser atuante no Acordo de Paris (COP- 21), firmou a posição do Governo do Estado de São Paulo dentro Agenda 2030, que durante este período, iniciou ações de sensibilização das autoridades e gestores públicos de estado, por meio de iniciativas de educação e estruturação de ferramentas de monitoramento para a institucionalização da Agenda 2030, no intuito de implementá-la em esfera Estadual (SÃO PAULO, 2022).

Essa ótica de liderança sobre o desenvolvimento sustentável foi essencial para que o Governo do Estado de São Paulo elaborasse estrategicamente as primeiras ações de instrumentos legais para a institucionalização da Agenda 2030, como ilustrado na Figura 1:

Quadro 4: Instrumentos legais da institucionalização da Agenda 2030 no Estado de São Paulo

Decretos e Resoluções:
• Resolução Conjunta Casa Civil/Secretaria de Meio Ambiente/Secretaria de Desenvolvimento Social-1, de 21 de setembro de 2015 - “Constitui Grupo de Trabalho Intersecretarial – GTI com a finalidade de implementar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no âmbito do Estado de São Paulo”. • Decreto 62.063, de 27 de junho de 2016 - Institui o Grupo de Trabalho Intersecretarial, com a constituição do Grupo de Trabalho Intersecretarial. • Decreto 63.792, de 9 de novembro de 2018 - Cria a Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. • Decreto 64.124, de 8 de março de 2019 - Fixa normas para a elaboração do Plano Plurianual 2020-20. • Decreto 64.148, de 19 de março de 2019 - Reorganiza a Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, criada pelo Decreto nº 63.792, de 9 de novembro de 2018. • Resolução Conjunta CC/ SDE – 1, de 26 de junho de 2019 - Dispõe sobre a designação dos membros da Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. • Decreto 64.189, de 17 de abril de 2019 - Decreto 64.462, de 11 de setembro de 2019 - Organiza a Secretaria de Relações Internacionais. • Decreto 64.462, de 11 de setembro de 2019 - Reorganiza a Casa Civil, do Gabinete do Governador, e dá providências correlatas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Secretaria da casa civil do estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2022).

Ao analisar o Quadro 4, pode-se averiguar que as principais ações utilizadas pelo Governo do Estado de São Paulo para a implementação da Agenda 2030 se refletem na criação de grupos responsáveis por ordenar o desenvolvimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Não obstante, ao decorrer deste período, constatou-se a elaboração do Plano Plurianual (PPA) dentro dos princípios da Agenda 2030.

Nesse contexto geral, as diversas ações foram realizadas para estruturar o desenvolvimento e a implementação da Agenda 2030 no Estado de São Paulo. Porém, percebe-se ações ao longo de 4 anos, desde a criação, extinção e reorganização de grupos específicos para o fomento dos ODS para que exista a adoção em nível estadual.

Vale ressaltar, a importância institucional da Casa Civil em 2019 neste processo da Agenda 2030 para que a difusão de informações entre diferentes instituições governamentais sobre os ODS e suas metas adquirisse expansão significativa, o que incentivou e permitiu a Comissão Estadual dos ODS dar início a suas primeiras ações com impacto significativo no Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2022).

A Comissão Estadual dos ODS realiza suas ações mediante sua incumbência de internalizar, difundir e dar transparência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Estado de São Paulo para a implementação da Agenda 2030. Para atender tal medida, foi aplicada sua divisão de acordo com os 5 Ps da ONU (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias), com subgrupos responsáveis por cada um desses eixos.

Esses subgrupos denominados como “Câmaras Temáticas” constituem a Comissão Estadual para os ODS, correspondem a secretarias e outros órgãos específicos para cada tema relacionado ao seu tema de atuação e suas ações de acordo com o II Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento (ODS) do Estado de São Paulo, como ilustrado no Quadro 5:

Quadro 5: Comissão Estadual para os ODS e seus subgrupos

5Ps da Comissão Estadual para os ODS	Subgrupos	Eixo de atuação	Qtd. de programas e projetos
Câmara Temática Paz	Secretaria de Justiça e Cidadania; Secretaria de Segurança Pública; Secretaria de Administração Penitenciária; Procuradoria Geral do Estado;	ODS 16	15
Câmara Temática Pessoas	Secretaria de Desenvolvimento Social; Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência;	ODS 1, 2, 3, 4, 5 e 10	29

		Secretaria de Educação; Secretaria de Esportes; Secretaria da Saúde; Secretaria de Cultura e Economia Criativa; Fundo Social São Paulo;		
Câmara Planeta	Temática	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; Secretaria de Orçamento e Gestão; SABESP; CETESB; Secretaria de Agricultura Casa Militar e Defesa Civil;	ODS 6, 7, 12, 13, 14 e 15	19
Câmara Prosperidade	Temática	Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Secretaria de Desenvolvimento Regional; Secretaria de Turismo e Viagens; Secretaria de Habitação; Secretaria de Logística e Transporte; Secretaria de Transportes Metropolitanos; Secretaria de Relações Internacionais; Secretaria da Fazenda e Planejamento; Instituto de Pesquisas Tecnológicas; DesenvolveSP;	ODS 8, 9 e 11	28
Câmara Parcerias	Temática	Fundação SEADE	ODS 17	4

Fonte: Elaborado com pelo autor com base na Secretaria da Casa Civil do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2022); e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SÃO PAULO, 2020).

Ao analisar a Quadro 5, compreende-se a divisão multifacetada dos 5ps da Comissão Estadual para os ODS, contendo seus subgrupos e respectivamente seus eixos de atuação. Pode-se observar a diversidade de subgrupos, sendo constituído por secretarias e órgãos atuantes em ODS relativos ao seu campo estratégico para implementação da Agenda 2030 no Estado de São Paulo.

A participação conjunta das secretarias e órgãos de diferentes setores demonstra a estratégia abrangente adotada pela Comissão Estadual para os ODS para o alcance da Agenda 2030, e reforça a indissociabilidade da adoção dos diversos setores para implementação dos princípios da Agenda 2030. Visualmente, essa subdivisão proporciona uma concepção de organização entre as áreas relativas a cada temática. Isso facilita o diálogo entre os setores de forma mais rápida, o que acelera a implementação de políticas públicas objetivas para o alcance em larga escala dos respectivos 17 ODS da Agenda 2030 da ONU.

A utilização do Plano Plurianual (PPA), respectivamente no contexto do ODS, exerce função de fundamental para o desenvolvimento sustentável, tendo em vista sua natureza normativa de planejamento orçamentária-financeira de viabilizar o repasse de recursos aos programas de médio/longo prazo (Dallolio, 2023, p. 16 - 17). Portanto, compreende-se que o PPA é fundamental para o planejamento financeiro estratégico, pois é o reflexo das decisões políticas tomadas, sendo elas em ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade diante de um período específico que produzem relações com o desenvolvimento sustentável.

Na sua última versão, o PPA (2020 - 2023) do Estado de São Paulo destinou cerca de 829,7 bilhões de despesas. Dentre elas, foram direcionadas para os programas R\$735,0 bilhões de recursos orçamentários e R\$94,6 bilhões de recursos não orçamentários. Além disso, os programas que constam neste documento foram elaborados e atingem os 17 ODS da Agenda 2030 (SÃO PAULO, 2020).

Partindo deste pressuposto, o Relatório de Competitividade de Estados do Centro de Liderança Pública (CLP) de 2023, retrata que o Estado de São Paulo é líder no ranking geral dentro do desenvolvimento, onde ocupa a 1º posição nos pilares em projetos relacionados a Infraestrutura, Inovação e Educação, e a 2º na sustentabilidade ambiental, potencial de mercado e sustentabilidade social, entre outros temas. Entretanto, os ranqueamentos das cidades atuais abordam contextos generalistas (Bencke & Perez 2018), por apresentarem um desenvolvimento gradativo dos territórios de forma incerta, com uma carência estatística significativa dos mais variados temas, advindas do uso de metodologias que não conseguem medir informações que sustentem tais argumentos, como o caso dos territórios segregados (Kronemberger, 2019).

Segundo Beraldo (2019), a gestão das cidades vem demonstrando uma queda gradual em diversos termos dentro do Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEG-M), responsável por mensurar a qualidade da gestão de municípios do Estado de São Paulo.

Entre as questões apresentadas pelo autor, observa-se a ausência de interesse dos municípios em apresentar informações relevantes acerca do nível da gestão das cidades. Dentro dessa perspectiva, Bencke & Perez (2018) complementam há a existência da busca de apenas mostrar a “melhor” ou as “mais atraentes” cidades, a fim de melhorar a imagem pública, desatendendo o real propósito da sustentabilidade urbana.

Para a reverter essa realidade, os gestores devem-se preocupar na construção de indicadores de qualidade, visando a elaboração de objetivos selecionados a partir de diversas características das cidades (PCS, S/D), tendo em vista que sua adoção promove o

desenvolvimento sustentável nos diversos temas (Mizutani, 2021). Neste sentido, é necessário a adoção do auxílio de indicadores bem coordenados para o aprimoramento sustentável das cidades.

Dessa forma, o capítulo posterior busca discutir os índices dos municípios de São Paulo, no intuito de compreender as ferramentas utilizadas pela gestão municipal dos seus municípios para medir parâmetros condizentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a fim de debater sobre sua efetividade e conformidade com as cidades em meio a Agenda 2030 no âmbito do estado.

4.2 Indicadores dos ODS nas cidades do Estado de São Paulo pela plataforma IDSC-BR

O investimento adotado pelas cidades para mantimento de sua competitividade, exige cada vez mais meios de medir, comparar e classificar seu rendimento associando as suas características (Teske et al., 2024). Dessa forma, este processo relacionado a construção da imagem pública, está diretamente relacionado ao uso de mecanismos essenciais que possibilitam a difusão de informações das cidades, como é o caso dos indicadores.

Utilizar indicadores alinhados às novas agendas urbanas apresenta-se como subsídio para produção do crescimento e ordenamento sustentável (Mizutani, 2023), podendo auxiliar enquanto instrumento para a gestão e governança das cidades (Melo e Bellen, 2019). Isso facilita reduzir as desigualdades emergentes, e direcionar nas tomadas de decisões políticas, estratégicas e empresariais dos gestores, a fim de proporcionar melhores condições de vida ao cidadão nas cidades (Mizutani, 2023). Portanto, compreende-se que os indicadores possibilitam as cidades compreenderem seus elementos e fenômenos para proporcionar informações aos gestores na elaboração de estratégias urbanas.

Para isso, deve-se focar na construção de indicadores confiáveis, garantindo a precisão, fácil interpretação, confiabilidade, monitoramento, econômico, acessível e comparável (PCS, S/D). Essa estratégia deve ser focada no uso de plataformas que auxiliem o acesso aos indicadores dos ODS, proporcionando condições essenciais de compreensão da Agenda 2030 e ordenar as políticas de desenvolvimento sustentável (Martins et al., 2022). Assim, entende-se que utilizar plataformas que proporcionem indicadores de qualidade se torna relevante para a produção de dados concretos aos gestores públicos.

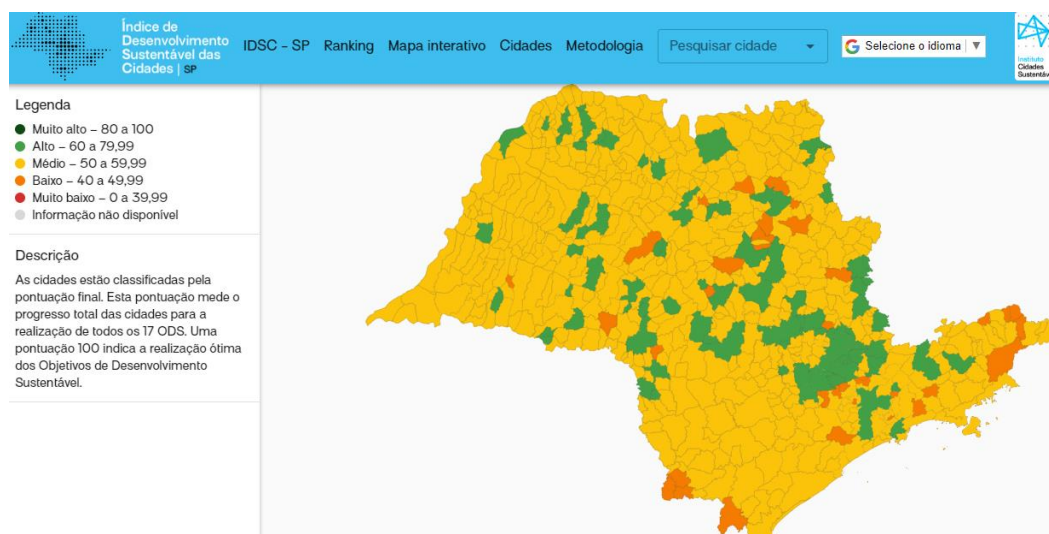
Atualmente, a plataforma Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR) do Programa Cidades Sustentáveis é uma e/ou senão a principal ferramenta de

avaliação, monitoramento e compartilhamento de dados sobre a situação de todas as cidades brasileiras nos ODS da Agenda 2030.

O programa Cidades Sustentáveis (PCS) representa a agenda da sustentabilidade urbana relacionada com o fomento com as questões sociais, ambiental, política e cultural dentro do planejamento municipal. Portanto, o programa é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento das agendas urbanas em relação à sustentabilidade (PCS, S/D).

Diante deste cenário, teve-se a proposta de avaliar a aplicabilidade da plataforma no contexto das 645 cidades que fazem parte do Estado de São Paulo. A Figura 5, ilustra um acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em todas as cidades do Estado de São Paulo, e apresenta na legenda ao lado as categorias do municípios, que indica o progresso das cidades nos ODS e a classificação delimitada no índice Muito Alto - 80 a 100, Alto - 60 a 79,99, Médio - 50 a 59,99, Baixo - 40 a 49,99, Muito Baixo - 0 a 39,99 e Informação não disponível.

Figura 5: ODS da Agenda 2030 no Estado de São Paulo



Fonte: Índice Desenvolvimento Sustentável das Cidades, 2023.

Ao analisar a Figura 5, pode-se aferir que a plataforma IDSC-BR possibilita uma visão macro dos municípios do Estado do São Paulo em relação aos ODS, onde é possível perceber municípios classificados na coloração laranja (Baixo - 40 a 49,99), em amarelo (Médio - 50 a 59,99) e verde (Alto 60 a 79,99) nos ODS. Entretanto, é possível perceber que nenhum dos municípios possui sua classificação em “Muito alto”, o que indica que não há municípios no Estado de São Paulo que tenham atingido a implementação completa sobre a Agenda 2030, proposta pela ONU.

De acordo com Nardone (2023), a dificuldade sobre a implementação dos ODS em âmbito municipal envolve diversos fatores, sobretudo pelo desconhecimento da Agenda 2030 e os ODS, baixa visibilidade sobre a Agenda, nível de consciência dos gestores, inexperience de trabalhos intersetoriais etc. Diante disso, entende-se que os desafios em relação à implementação dos ODS na Agenda 2030 se refletem na qualidade da gestão municipal.

No entanto, observa-se dificuldades por parte das plataformas de monitoramento e avaliação em relação a disponibilidade e periodicidade na coleta de dados (Braga, 2023). Essa situação ocorre mediante a ausência de metodologias para indicadores específicos (Kronemberger, 2019) em relação ao desenvolvimento sustentável das cidades (Teske et al., 2024). Dessa forma, ao que tudo isso indica, este desafio metodológico é uma realidade nas plataformas desenvolvidas para o fomento da Agenda 2030, como é o caso observado dentro da plataforma IDSC-BR do Programa Cidades Sustentáveis.

No caso da metodologia adotada na plataforma pelo Programa Cidades Sustentáveis, pode-se notar o levantamento de dados, mediante uma análise de apenas 100 dos 169 indicadores, ou seja, a exclusão de 69 indicadores, no intuito de não gerar variações e ruídos no desenvolvimento dos dados (IDSC-BR, s. d, p. 4 - 5). Neste sentido, percebe-se uma limitação por parte da metodologia da plataforma em relação à difusão da quantidade de indicadores específicos que atue para a compreensão da situação atual dos municípios e permita à utilizar todo potencial da plataforma para a gestão pública.

Os métodos adotados na avaliação da sustentabilidade urbana, em muitos casos, ignoram a consolidação das cidades já ser uma realidade, além de utilizarem ferramentas que não retratam o aspecto da regionalidade, o que implica em mecanismos falhos, por não serem adaptados ao contexto local.

A adoção de uma holística da territorialização dos ODS, ou seja, do processo de implementar ações locais em dimensões do desenvolvimento sustentável, oportuniza e fomenta à governança de multinível e multidisciplinar no planejamento intermunicipal (PNUD, 2021). Neste sentido, percebe-se a territorialização enquanto um método de governança descentralizada e integrada entre municípios.

Nesta visão da adoção de estratégias multiescalares de territórios trabalhando em conjunto, observa-se a necessidade de estratégias de apoio, caso do programa de regionalização do turismo, que pode servir enquanto uma ferramenta de auxílio ao desenvolvimento sustentável em âmbito regional. Dessa forma, o próximo capítulo busca

compreender como a regionalização do turismo é uma possibilidade de gestão descentralizada e multinível as cidades do Estado de São Paulo.

4.3 Estado de São Paulo e os ODS: Regiões Turísticas

As políticas públicas para o turismo recentemente foram implementadas no turismo por ter ganhado relevância em 1970, tendo em vista o potencial que a atividade evidenciava para a economia, sociedade e ao meio ambiente. Sendo assim, as políticas públicas no turismo foram implementadas de forma recente na perspectiva de desenvolvimento regional em uma gestão descentralizada (Vilela & Costa, 2020).

O Programa de regionalização do turismo apresenta-se enquanto uma estratégia que busca fortalecer a Política Nacional do Turismo, por meio da categorização dos municípios turísticos em sua economia e potencialidade para a tomada de decisões dos gestores. Dessa forma, esta estratégia permite criar oportunidades utilizando as características regionais dos municípios de uma região turística (Brasil, 2016).

A regionalização é uma estratégia pública que foca no desenvolvimento territorial elaborado pelo Ministério do Turismo que converge ações integradas e conjuntas para promover o desenvolvimento de destinos, gestão e o turismo. Neste sentido, a regionalização é uma estratégia que trabalha o planejamento multilateral entre municípios (Brasil, 2016).

As regiões turísticas representam destinos turísticos cuja características territoriais tem perspectivas e valores locais similares voltados para cultura, história e outros aspectos que potencializam o valor de complemento. Sendo assim, uma região turística valoriza o desenvolvimento coletivo por meio de fatores e realidades parecidas dos municípios (Ministério do turismo, 2019).

O planejamento turístico deve ser destacado pela presença do Estado na estruturação de diretrizes turísticas e o auxílio da sociedade civil permite o estabelecimento de ações de governança descentralizada e realizada de forma conjunta. Dessa forma, as ações conseguem ser direcionadas estrategicamente, o que permite objetividade nas decisões feitas para o desenvolvimento sustentável com o turismo servindo de ferramenta principal (Anjos; Andrade, 2021).

Os programas e as ações da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (SETUR) em diversos eixos estratégicos. Essa estratégia permite o estado aprimorar nos fluxos turísticos, modernizar a gestão do turismo entre a administração pública, os trades turísticos e sociedade civil. Portanto, a gestão utilizada pela SETUR possibilita a inovação

nas relação d desenvolvimento estadual do turismo, melhorando a competitividade do setor (São Paulo, 2024).

Essa perspectiva se reflete a posição estratégica do Estado de São Paulo no turismo ao analisarmos a diversidade de sua rede de fornecedores de bens, capital financeiro, insumos e serviços para com outras regiões. Neste sentido, a estrutura do mercado turístico do Estado de São Paulo permite uma vantagem competitiva ampla no cenário nacional em diversos sentidos (São Paulo, 2022).

A diversidade no mercado turístico do Estado de São Paulo no final de 2024 deve movimentar cerca de R\$304 bilhões de movimentação econômica e 46 milhões de turistas até dezembro. Assim, pode-se perceber a importância do estado na promoção de demanda e produção de serviços para o mercado turístico (São Paulo, 2024).

A regionalização do turismo utiliza da estratégia da gestão descentralizada entre diversos municípios nas regiões turísticas auxilia utilizar os recursos de forma estratégica e inteligente no turismo. Logo, a atividade do turismo gerenciada de forma conjunta auxilia inovar da gestão dos recursos (São Paulo, 2022).

Dentro dessa perspectiva, a ONU retrata a cooperação intermunicipal como ferramenta fundamental para governos locais compreenderem a realidade e a realização de projetos regionais dentro do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, percebe-se que trabalhar em conjunto proporciona desempenhos inovadores para os locais que adotam essa maneira administrativa.

Essa gestão colaborativa permite as localidades incentivarem a cooperação, sinergia e complementariedade dentro do turismo, proporcionando um modelo de união das regiões integradas, o que permite um maior alcance a novos mercados. Neste sentido, trabalhar de forma colaborativa permite um novo olhar para o desenvolvimento do turismo (Ministério do Turismo, 2024).

Estudos retratam o programa de regionalização do estado de São Paulo precisa se desenvolver nas localidades em relação estrutura do turismo sob diretrizes e estratégias para melhoria das regiões turísticas. Nesse sentido, pode-se perceber a necessidade da melhoria na articulação dos processos de regionalização (São Paulo, 2022).

5. CAPÍTULO 3: RT PONTAL PAULISTA E OS ODS

5.1 Região turística pontal paulista no mapa do turismo

O Mapa do Turismo é uma ferramenta utilizada no recorte territorial para a categorização dos municípios, ao possibilitar a compreensão da potencialidade turística do município, auxiliando na gestão e no repasse de recursos (BRASIL, 2024). Dessa forma, possibilita categorizar e distribuir recursos ao município de acordo com sua potencialidade turística.

De acordo com a Portaria MTUR nº 41, de novembro de 2021, o Art. 12, os municípios que integram o Mapa do Turismo Brasileiro estão agrupados em cinco diferentes categorias, definidas como A, B, C, D e E (BRASIL, 2021). Além disso, de acordo com esta portaria existe um modelo que deve ser seguido como um critério de análise para categorizar o município:

I - Quantidade de Estabelecimentos de Hospedagem (fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS);

II - Quantidade de Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem (fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS);

III - Quantidade Estimada de Visitantes Domésticos (fonte: Estudo de Demanda Doméstica - MTur/FIPE);

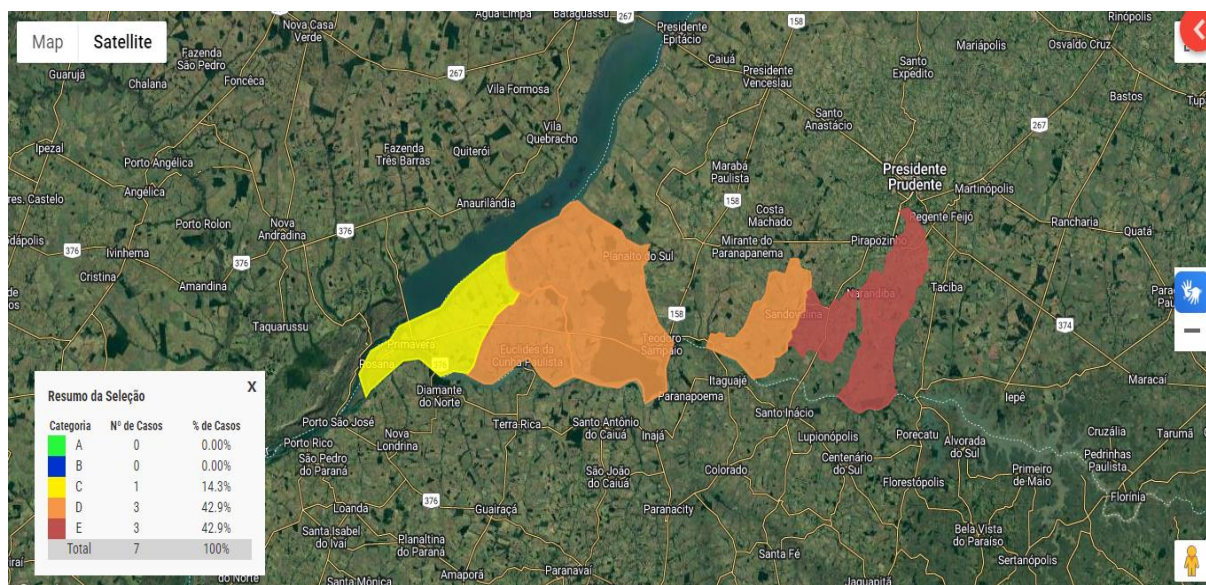
IV - Quantidade Estimada de Visitantes Internacionais (fonte: Estudo de Demanda Internacional - MTur/FIPE); e

V - Arrecadação de Impostos Federais a partir dos Meios de Hospedagem (fonte: Secretaria de Receita Federal/ME).

Observa-se cinco (5) critérios para a delimitação da potencialidade turística de um município, basicamente na I - Quantidade de empreendimentos de hospedagem; II - empregos em estabelecimentos de hospedagem; III - Estimativa de visitantes domésticos, IV - Estimativa de visitantes internacionais e V - Impostos Federais a partir dos meios de hospedagem.

Na perspectiva da Regionalização do Turismo, a plataforma do Mapa do Turismo permite caracterizar e classificar os municípios da Pontal Paulista. Esta Região Turística, localizada no Pontal do Paranapanema é composta por 13 municípios, sendo Anhumas, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Pirapozinho, Rosana, Sandovalina, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio. Portanto, a Figura 6 mostra a perspectiva sobre os municípios da RT Pontal Paulista:

Figura 6: Mapa do Turismo da RT Pontal Paulista



Fonte: Mapa do Turismo (BRASIL, 2024).

Ao observar a plataforma do Mapa do Turismo, podemos ter uma ampla visualização dos municípios compõem parte da RT Pontal Paulista. Percebe-se que apenas dos 7 dos 13 municípios da RT Pontal Paulista estão anexados no sistema, sendo categorizados o município de Rosana em (C), Euclides da Cunha Paulista (D), Teodoro Sampaio (D), Sandovalina (D), Anhumas (E), Narandiba (E).

No geral, os municípios da RT Pontal Paulista em sua maioria não se encontram em uma boa classificação dentro da plataforma. Ao analisar os dados obtidos dentro da plataforma, optou-se pela realização de uma tabela relacionadas a quantidade nos temas estratégicos do Ministério do Turismo dentro da Plataforma do Mapa do Turismo.

Quadro 6: Temas de análise pela plataforma Mapa do Turismo

Municípios	Classificação no Mapa do turismo	Viajantes domésticos (fonte: FIPE/MTUR)	Viajantes Internacionais (Fonte: FIPE/MTUR)	Hospedagem (Fonte: Rais/ME)	Empregos (Fonte: Rais/ME)
Rosana	C	38.820	122	4	24
Euclides da Cunha Paulista	D	0	80	0	0
Teodoro Sampaio	D	13.569	182	5	21
Sandovalina	D	0	0	1	1
Narandiba	E	0	0	0	0
Estrela do Norte	E	0	0	0	0
Anhumas	E	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Mapa do Turismo (BRASIL, 2024).

Ao observar os dados da Plataforma, percebe-se que em sua maioria, os municípios da RT Pontal Paulista que constam na plataforma possuem poucas informações ou até mesmo nenhum dado que possibilitem mensurar sua potencialidade com as atividades turísticas. O município de Rosana com categoria C, apresenta-se enquanto o único com quase todos os seus dados relativos ao turismo.

O Estado de São Paulo por meio da Lei Complementar nº1261, de 29 de Abril de 2015, realiza a classificação dos municípios turísticos, dentro do eixo de Estância Turística ou Município de Interesse Turístico. Essas certificações são fundamentais por parte da Secretaria Estadual de Turismo em relação ao repasse de recursos para desenvolvimento do turismo na região, apesar de muitas cidades com tradições turísticas não conseguirem adquirir.

No caso da Região Turística Pontal Paulista, observa-se que muito dos municípios apresentam dados escassos sobre a sua demanda e infraestrutura turística, e para além disso, muitas cidades não constam na plataforma, o que dificulta no entendimento da demanda turística da região e consequentemente sua competitividade com as outras regiões turísticas do Estado de São Paulo.

Entretanto, observa-se que a RT Pontal Paulista faz parte do Programa Rotas Gastronômicas e do Programa Turismo SP em ação, cada um com suas especificidades de

realização para a promoção e desenvolvimento do turismo regional. Dessa forma, observa-se que a RT Pontal Paulista tem vínculo com o desenvolvimento de atividades turísticas.

5.1 Índice dos municípios da RT Pontal Paulista no ODS da Agenda 2030

A análise dos dados realizados nos resultados e discussões foi elaborada no intuito de compreender as ações que a Região Pontal Paulista precisa realizar para que os municípios participantes possam inserir os ODS como ação efetiva em busca da sustentabilidade do turismo. Dessa forma, na fase inicial foi realizada uma coleta dos dados dentro da plataforma IDSC-BR dos municípios da RT Pontal Paulista em relação os ODS da Agenda 2030. Ao observar o Quadro 7, podemos perceber que está organizada em Municípios na primeira coluna, Pontuação Geral (00,00 – 100,00), Classificação Geral que analisa o posicionamento do município dentro dos ODS e o Nível em Desenvolvimento dos ODS, onde o município pode estar classificado em Muito Baixo, Baixo, Médio e ODS atingido

Quadro 7: Índice de desenvolvimento sustentável dos municípios da RT Pontal Paulista na IDSC-BR

Município	Pontuação Geral	Classificação geral	Nível em desenvolvimento dos ODS
Anhumas	59,17 de 100	85 de 5570	Médio
Estrela do Norte	53,69 de 100	718 de 5570	Médio
Euclides da Cunha Paulista	53,33 de 100	783 de 5570	Médio
Iepê	57,38 de 100	246 de 5570	Médio
Nantes	51,34 de 100	1,213 de 5570	Médio
Narandiba	58,41 de 100	136 de 5570	Médio
Mirante do Paranapanema	52,04 de 100	1,044 de 5570	Médio
Rosana	58,06 de 100	172 de 5570	Médio
Sandovalina	56,56 de 100	343 de 5570	Médio
Taciba	54,42 de 100	621 de 5570	Médio
Tarabai	55,88 de 100	442 de 5570	Médio
Teodoro Sampaio	53,27 de 100	792 de 5570	Médio

Fonte: Autoral com base na plataforma de dados do IDSC-BR, 2024.

Ao analisar o Quadro 7, observa-se que os municípios possuem uma classificação geral similar, sendo Anhumas o município com a maior pontuação entre a RT Pontal Paulista. Além disso, dentro da classificação geral dos municípios podemos perceber que há uma variação da posição de cada município, sendo Mirante do Paranapanema a cidade o menor percentual de desenvolvimento. Em relação ao Nível de Desenvolvimento dos ODS os municípios da RT Pontal Paulista encontram-se todos com o desenvolvimento “Médio”.

6. RESULTADOS

Esse estudo busca evidenciar o papel do turismo para a promoção estratégica dos ODS da Agenda 2030 na RT Pontal Paulista. Assim, é fundamental tratar dos mecanismos que os gestores dessa região turística devem adotar em seu modelo de governança para que os ODS possam se desenvolver de forma mais sólida e estar inseridos dentro das políticas regionais sustentáveis.

A partir dos dados obtidos foi realizado uma amostra dos Indicadores da Agenda 2030, no intuito de compreender de forma mais detalhada sobre os indicadores de cada cidade, possibilitando uma análise mais complexa. Para isso, foi realizada uma pesquisa dentro da plataforma IDSC-BR sobre a situação de cada município e seus indicadores. O Quadro 8 retrata na primeira coluna os municípios da RT Pontal Paulista, a segunda os Indicadores alvos há grandes desafios, a terceira Indicadores alvos há desafios e indicador melhor que a referência:

Quadro 8: Indicadores geral da RT Pontal Paulista

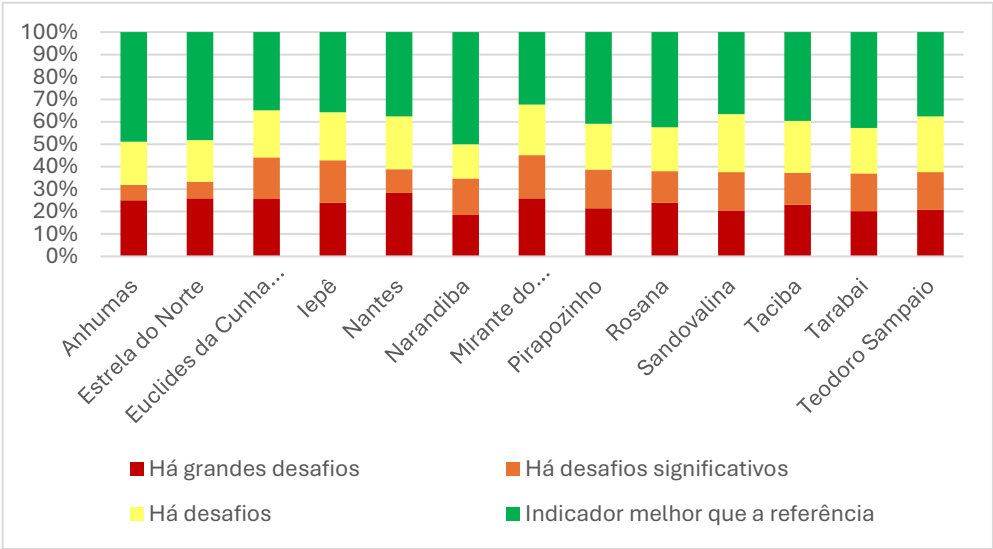
Município RT Pontal Paulista	Indicadores alvos (IDSC-BR) – Há grandes desafios	Indicadores alvos (IDSC-BR) – Há desafios significativos	Indicadores alvos (IDSC-BR) – Há desafios	Indicadores alvos (IDSC-BR) - Indicador melhor que a referência
Anhumas	22 indicadores	6 indicadores	17 indicadores	43 indicadores
Estrela do Norte	21 indicadores	12 indicadores	15 indicadores	39 indicadores
Euclides da Cunha Paulista	22 indicadores	16 indicadores	18 indicadores	30 indicadores
Iepê	20 indicadores	16 indicadores	16 indicadores	36 indicadores
Nantes	24 indicadores	9 indicadores	20 indicadores	32 indicadores
Narandiba	17 indicadores	15 indicadores	14 indicadores	46 indicadores
Mirante do Paranapanema	24 indicadores	18 indicadores	21 indicadores	30 indicadores
Pirapozinho	20 indicadores	16 indicadores	19 indicadores	38 indicadores
Rosana	22 indicadores	13 indicadores	18 indicadores	39 indicadores
Sandovalina	19 indicadores	16 indicadores	24 indicadores	34 indicadores
Taciba	21 indicadores	13 indicadores	21 indicadores	36 indicadores

Município RT Pontal Paulista	Indicadores alvos (IDSC-BR) – Há grandes desafios	Indicadores alvos (IDSC-BR) – Há desafios significativos	Indicadores alvos (IDSC-BR) – Há desafios	Indicadores alvos (IDSC-BR) – Indicador melhor que a referência
Tarabai	18 indicadores	15 indicadores	18 indicadores	38 indicadores
Teodoro Sampaio	21 indicadores	17 indicadores	25 indicadores	38 indicadores

Fonte: Elaborado pelo autor com base na plataforma de dados do IDSC-BR, 2024.

Ao observar o Quadro 8 pode-se perceber uma coleta de dados ampla e detalhada sobre os indicadores da RT Pontal Paulista, onde há algumas pequenas variações de desenvolvimento sustentável entre cada município sobre cada indicador apresentado. Para uma compreensão mais objetiva da situação da RT Pontal Paulista, optou-se pelo desenvolvimento de um gráfico ilustrativo a partir dos dados coletados. A Figura X retrata o andamento do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 dentro da perspectiva de cada indicador coletado:

Figura 7: Região Turística Pontal Paulista e os indicadores



Fonte: Elaborado pelo autor com base na plataforma IDSC-BR, 2024.

A Figura 7 propõe a compreensão visual do desenvolvimento dos ODS da Agenda 2030 da ONU sobre o desenvolvimento sustentável, onde percebeu-se que em municípios

como Anhumas e Narandiba os ODS chegaram a ser atingidos em 50%. Entretanto, nota-se também que ainda há desafios eminentes dentro dos outros indicadores em todos os municípios da RT Pontal Paulista.

A proposta posterior buscou trazer como os ODS podem estar conectados com o turismo, promovendo o desenvolvimento sustentável regional. Dessa forma, foi necessário a realização de um filtro dos indicadores ainda não atingidos, sendo os indicadores “Há grandes desafios”, “Há desafios significativos” e “Há desafios”. A Tabela X mostra o indicador “Há grandes desafios”, o primeiro a ser analisado, onde retrata na primeira coluna os ODS observados para esse indicador em específico, na segunda coluna a criação dessa relação das atividades mostradas na plataforma IDSC-BR que possuem vínculo com a atividade turística, e última coluna contendo a quantidade dos indicadores identificados dentro da RT Pontal Paulista:

Quadro 9: Número de Indicadores “Há grandes desafios” na RT Pontal Paulista

ODS observado	Indicadores aplicados (turismo) – IDSC-BR	Número de municípios	Relação Direta ou Indireta ao turismo
ODS 9	Investimento público em infraestrutura urbana por habitante	12	Indireta
ODS 11	Equipamentos Esportivos	3	Indireta
ODS 13	Emissões de CO ₂ e per capita	13	Indireta
ODS 15	Taxa de áreas florestadas e naturais	9	Indireta
ODS 17	Investimento Público	7	Indireta

Fonte: Elaborado de forma autoral com base na plataforma IDSC-BR, 2024.

O Quadro 9 possibilitou observar a diversas possibilidades existentes, onde foram coletados os temas Infraestrutura, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Ação contra a mudança global do clima (ODS 13), Vida Terrestre (ODS 15) e Parcerias e Meios de Implementação (ODS 17) são indiretos ao turismo, mas estão atrelados à Agenda 2030 no quesito sustentabilidade. Então, mesmo sendo indicadores indiretos ao turismo os gestores envolvidos no planejamento para a resolução ou para a melhoria desses indicadores auxiliariam automaticamente a melhorar a

atividade turística de forma intersetorial. O Quadro 10 busca trazer a análise do segundo indicador “Há desafios significativos”, explorando a mesma proposta anteriormente:

Quadro 10: Filtro dos indicadores há desafios significativos para o turismo na RT Pontal Paulista

ODS observado	Indicadores aplicados (turismo) – IDSC-BR	Número de município	Relação Direta ou Indireta ao turismo
ODS 5	Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham	7	Indireta
ODS 8	PIB per capita	5	Direta
ODS 8	Desemprego	11	Direta
ODS 8	Desemprego de jovens	9	Direta
ODS 8	Jovens que nem estudam nem trabalham	5	Direta

Fonte: Elaborado pelo autor com base na plataforma IDSC-BR, 2024.

Ao analisar a Quadro 10 percebeu-se uma ampla variedade de indicadores coletados, onde as temáticas são variadas como Educação de qualidade (ODS 4), Igualdade de gênero (ODS 5) e Trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8). Dessa forma, observou-se que as atividades referentes aos ODS 4 e 5 impactam indiretamente no desenvolvimento do sustentável do turismo na RT Pontal Paulista, enquanto as temáticas com vínculo ao ODS 8 estão diretamente atribuídas pela atividade turística, uma vez os indicadores "PIB per capita", "Desemprego", "Desemprego de jovens" e "Jovens que nem estudam nem trabalham" se trabalhados promovem o crescimento econômico e o trabalho nos municípios. Eles mostram como o turismo pode contribuir para a geração de empregos e para o desenvolvimento econômico da região. Para concluir essa parte da pesquisa, foi realizada a última seleção dos indicadores “Há desafios” de relação com o turismo, ilustrado no Quadro:

Quadro 11: Filtro dos Indicadores (Há desafios) para o turismo na RT Pontal Paulista

ODS observado	Indicadores aplicados (turismo) – IDSC-BR	Número de municípios	Relação Direta ou Indireta ao turismo
ODS 13	Percentual do município desflorestado	7	Indireta
ODS 16	Grau de estruturação das políticas de transparência	13	Indireta

Fonte: Elaborado pelo autor com base na plataforma IDSC-BR, 2024.

Analisando a Quadro 11, a coleta dos temas Ação contra a mudança global do clima (ODS 13) e Paz, Justiça e Instituições eficazes (ODS 16). Pode-se perceber que os indicadores têm vínculo indireto com as atividades do turismo, mas podem se beneficiar e articular de forma dentro do desenvolvimento sustentável.

A partir dessa seleção criteriosa dos indicadores relacionados com o turismo dentro da plataforma IDSC-BR, teve-se a proposta de tratar das estratégias específicas para a melhoria dos indicadores coletados para os municípios da Região Turística Pontal Paulista. Para isso, foi utilizada a contribuição de um trabalho intersetorial mais abrangente, unificando os indicadores coletados e filtrados com vínculo direto e indireto com o turismo da IDSC-BR junto aos direcionamentos recomendados pela Organização Mundial do turismo no documento *Achieving the Sustainable Development Goals through Tourism – Toolkit of Indicators for Projects (TIPs)*. Além disso, foram necessárias adaptações do contexto da proposta internacional da OMT para a realidade da RT Pontal Paulista para a organização das estratégias. Dentro dessa perspectiva, o Quadro 12 trata de formular as estratégias para a RT Pontal Paulista de acordo com os indicadores da IDSC-BR no turismo que foram identificados (primeira coluna), o subtema da OMT de relação (segunda coluna) com base no indicador, a ação internacional mencionada (terceira coluna) e a ação para a RT Pontal Paulista:

Quadro 12: Ações dos Indicadores do IDSC-BR no Turismo na RT Pontal Paulista

Indicadores da IDSC-BR no Turismo identificados	Ações de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT) de relação ao turismo
Investimento público em infraestrutura urbana por habitante	Desenvolver infraestruturas de qualidade, confiáveis, sustentáveis e resilientes, incluindo infraestruturas regionais e infraestruturas transfronteiriças, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco em recursos acessíveis e acesso equitativo para todos (OMT, 2023).
Equipamentos Esportivos	Número de medidas de conservação do patrimônio natural/cultural desenvolvido ou implantado através de projetos de desenvolvimento turístico (OMT, 2023).
Emissões de CO ₂ e per capita	Número de destinos turísticos com plano de ação climática/política/estratégia (OMT, 2023).
Taxa de áreas florestadas e naturais	Se há desenvolvimento de diretrizes/endereço manual gestão florestal no turismo, através do desenvolvimento do turismo projetos (OMT, 2023).
Investimento Público	Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e da sociedade civil eficazes, com base na experiência e estratégias de recursos de parcerias (OMT, 2023).
Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham	Número de novos empregos criados pelo projeto turístico que estão em conformidade com a legislação trabalhista nacional no setor de turismo destino, especialmente para jovens e mulheres (OMT, 2023).
PIB per capita	Porcentagem de aumento dos negócios turísticos devido à atualização/taxa de inovação de crescimento das receitas do turismo após atualização/inovação (OMT, 2023).
Desemprego	Número de MPME's (Micro, Pequenas e Médias Empresas) com aumentos significativos nas receitas e geração de empregos como resultado do projeto turístico/desenvolvimento (OMT, 2023).
Desemprego de jovens	Número de medidas para atrair/reter jovens em empregos no turismo (OMT, 2023).

Indicadores da IDSC-BR no Turismo identificados	Ações de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT) de relação ao turismo
Jovens que nem estudam nem trabalham	Número de medidas para atrair/reter jovens na formação em turismo e educação (OMT, 2023).
Grau de estruturação das políticas de transparência	os turistas/visitantes podem acessar a procedimentos justos nas instituições policiais e judiciais, incluindo a prestação de serviços de interpretação e/ou jurídicos adequados (OMT, 2023).

Fonte: Elaborado pelo autor com base no documento *Achieving the Sustainable Development Goals through Tourism – Toolkit of Indicators for Projects (TIPs)* (UNWTO, 2023).

As estratégias apontadas na Plataforma IDSC-BR demonstram os temas dos municípios da RT Pontal Paulista que estão de acordo com o turismo em 3 (três) camadas da plataforma de monitoramento do desenvolvimento dos ODS no Brasil. Entretanto, os temas não trazem propostas que definem um direcionamento das ações estratégicas necessárias para os municípios da RT Pontal Paulista se posicionar nos ODS da Agenda 2030 e até mesmo dentro do turismo.

A utilização do documento *Achieving the Sustainable Development Goals through Tourism – Toolkit of Indicators for Projects (TIPs)* é utilizada enquanto meio inicial para propor ações (mesmo de caráter internacional) somente para delimitar um caminho dentro dos tópicos abordados de forma inicial. Assim, o cenário aponta o turismo enquanto uma área vasta para ser exploradas estratégias de desenvolvimento regional, por haver uma ausência de documentos nacionais que forneçam um direcionamento das atividades do turismo dentro do desenvolvimento sustentável, o que torna o processo desafiador.

Esse modelo auxilia na formulação de estratégias a nível regional do turismo quando direcionadas as estratégias diretas e indiretas ao turismo necessárias para o desenvolvimento de ações para a promoção do turismo na RT Pontal Paulista. Neste sentido, foi necessário realiza uma formulação da conceitualização da ação dentro do cenário nacional do turismo no Brasil e consequentemente na RT Pontal Paulista. O Quadro 13 retrata informações do indicador avaliado, contendo cada um dos indicadores coletados, a segunda coluna retratando a descrição das ações de uma forma mais clara, e a última coluna sobre objetivo das ações dentro do turismo na RT Pontal Paulista.

Quadro 13: Proposta de reformulação nacional das ações de desenvolvimento sustentável do turismo dentro da RT Pontal Paulista

Indicador	Descrição	Objetivos
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	Avaliar a quantidade e qualidade dos investimentos em infraestrutura para o turismo.	Garantir infraestrutura adequada para o desenvolvimento turístico.
Emissões de CO2 per capita	Medir a quantidade de gases do efeito estufa emitidos por pessoa.	Avaliar e desenvolver ações de prevenção de impacto ambiental advindas do turismo.
Taxa de áreas florestadas e naturais	Medir a proporção de áreas naturais preservadas.	Garantir a conservação do meio ambiente.
Investimento Público em sociedade civil	Avaliar o investimento em projetos que envolvem a sociedade civil.	Promover a participação da comunidade no desenvolvimento turístico.
Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham	Mede o número de novas oportunidades de emprego geradas pelo turismo, especialmente para jovens e mulheres.	Avaliar o impacto do turismo na geração de empregos e na inclusão social.
PIB per capita	Mede o aumento das receitas do turismo após a implementação de novas tecnologias ou estratégias de inovação.	Avaliar o impacto do turismo no crescimento econômico.
Desemprego	Mede o aumento do número de micro, pequenas e médias empresas com aumento significativo nas receitas e geração de empregos devido ao turismo.	Avaliar o impacto do turismo na criação de negócios e geração de empregos.
Indicador	Descrição	Objetivos
Desemprego de jovens	Número de medidas para atrair/reter jovens em empregos no turismo.	Avaliar os esforços para inserir jovens no mercado de trabalho do turismo.
Jovens que nem estudam nem trabalham	Número de medidas para atrair/reter jovens na formação em turismo e educação.	Avaliar as iniciativas para qualificar jovens para o mercado de trabalho do turismo.

Grau de estruturação das políticas de transparência	Avaliar a facilidade com que os turistas podem acessar informações sobre procedimentos justos nas instituições policiais e judiciais.	Medir a transparência e segurança para os turistas.
---	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O Quadro 13 retrata as ações de forma detalha dentro as ações dentro do cenário nacional das estratégias para o turismo, consta-se uma modificação pelos autores considerando uma visualização clara dos processos dentro de cada indicador dentro do turismo. Na coluna referente a descrição das ações mostram o direcionamento de como cada ação deve ser feita, tendo em seguida os Objetivos que complementam dando o alvo que a ação busca atingir dentro dos ODS da Agenda 2030.

O Quadro 13 apresenta apenas alguns indicadores, e uma análise completa do desenvolvimento do turismo exigiria a consideração de outros indicadores, como os relacionados ao impacto econômico e ambiental dentro da RT Pontal Paulista. Os indicadores podem ser adaptados para atender às necessidades específicas de cada destino turístico.

Observando os apontamentos do Quadro 13 percebeu-se a necessidade de descrever a relevância destes aspectos para o desenvolvimento do turismo sustentável dentro das estratégias elaboradas pelo Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (SETUR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em relação ao desenvolvimento do turismo sustentável. Além disso, o Quadro 14 retrata três colunas, a primeira evidenciando os indicadores coletados, a segunda os objetivos alinhados ao indicador e a terceira as ações recomendadas a nível regional mencionadas pela SETUR e BID e a quarta mostrando o órgão de turismo responsável pela ação:

Quadro 14: Proposta de projetos para desenvolvimento do turismo sustentável na RT Pontal Paulista

Indicador coletados (RT Pontal Paulista)	Proposta de projetos de ação regionais	Órgão de Turismo responsável
---	--	------------------------------

Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	Realizar coalizão entre turismo e diversos outros projetos que reforçam elementos de identidade do território como estratégia de fortalecimento da marca territorial e do posicionamento turístico, a exemplo de iniciativas de indicação de origem (IO) e indicação de procedência (IP) [...]	IGR
Emissões de CO2 per capita	Formatar programa relacionado a boas práticas ambientais e sociais (a exemplo do carbono zero e da economia circular no turismo) direcionado a empreendimentos turísticos em parceria com polos tecnológicos de São Paulo	SETUR/SP e IGR
Taxa de áreas florestadas e naturais	Formatar programa relacionado a boas práticas ambientais e sociais (a exemplo do carbono zero e da economia circular no turismo) direcionado a empreendimentos turísticos em parceria com polos tecnológicos de São Paulo	SETUR/SP e IGR
Investimento Público em sociedade civil	Investir em plataformas de banco de dados e sistemas de gestão centralizados que possibilitem a inserção de informações da oferta turística, assim como storytelling na prática, dos municípios integrantes do Programa de Regionalização do Turismo e esteja conectada ao portal promocional do “SP Pra Todos”	SETUR/SP
Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham	Sem informações e projetos de promoção do indicador	Não consta informações
PIB per capita	Sem informações e projetos de promoção do indicador	Não consta informações
Desemprego	Sem informações e projetos de promoção do indicador	Não consta informações
Desemprego de jovens	Sem informações e projetos de promoção do indicador	Não consta informações
Jovens que nem estudam nem trabalham	Sem informações e projetos de promoção do indicador	Não consta informações
Grau de estruturação das políticas de transparência	Investir em plataformas de banco de dados e sistemas de gestão centralizados com metodologias unificadas e operacionalizadas em cooperação entre as esferas estadual e regional relacionada a indicadores para monitoramento da atividade turística (foco em indicadores de fácil mensuração e comuns às diferentes RTs)	SETUR/SP

Fonte: Elaborado pelo autor com base no documento BID e SETUR, 2021.

Ao analisar o Quadro 14, pode-se perceber a ausência de ações sobre os determinados indicadores da plataforma IDSC-BR selecionados para o turismo com relação ao modelo estratégico de desenvolvimento sustentável do turismo regional pela SETUR. Em primeiro lugar, é possível perceber a elaboração de medidas para o turismo sustentável em temas de atrelados ao empreendedorismo sustentável e sistemas de gestão. Entretanto, ao observar os temas extremamente importantes para o desenvolvimento do turismo sustentável sobre as questões sociais e econômicas nos temas Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham; PIB per capita; Desemprego; Desemprego de jovens e Jovens que nem estudam nem trabalham mostra que os dados apresentados pela plataforma apresentados em um nível baixo de desenvolvimento não apresentam estratégias para melhoria.

O cenário aponta uma ausência de conexão acerca da totalidade dos temas que apresentam ser desafios regionais da RT Pontal Paulista na Agenda 2030 com o Plano Regional de Turismo desenvolvido pela SETUR e o BID. Além disso, a proposta dos indicadores da plataforma da IDSC-BR está baseada no cenário nacional do desenvolvimento sustentável enquanto o Plano Regional do Turismo tratando em um aspecto mais isolado – as regiões turísticas em geral.

A partir desses limitadores, foi realizado pelos autores propostas para o desenvolvimento sustentável do turismo dentro da realidade dos municípios da RT Pontal Paulista considerando cada indicador coletado, com seus objetivos e as propostas de possíveis programas que possibilitariam o desenvolvimento do turismo sustentável com base nos pontos de melhoria regionais de acordo com o que foi verificado anteriormente na plataforma IDSC-BR e as recomendações feitas pela Organização Mundial do Turismo alinhando cada objetivo com as recomendações feitas pela SETUR dentro da perspectiva da RT Pontal Paulista:

Quadro 15: Proposta de ações na realidade da RT Pontal Paulista pelos autores

Indicadores da IDSC-BR no Turismo identificados	Ações para a RT Pontal Paulista
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	Direcionar recursos necessários com foco em infraestrutura regional de qualidade na experiência do turista e dos residentes das cidades, a fim de atrair mais integrada, com empregos estratégicos e desenvolvimento regional compartilhado entre os municípios.

Emissões de CO2 per capita	Implementar práticas para compreender as principais atividades turísticas responsáveis pela emissão de CO2 dentro das modalidades consumidas na região turística
Taxa de áreas florestadas e naturais	Estabelecer metas para a conservação da biodiversidade e a redução dos impactos ambientais do turismo, desenvolvendo programas de educação ambiental para turistas e comunidades locais e o incentivo à produção de bens e serviços para transição de serviços turísticos sustentáveis.
Investimento Público em sociedade civil	Desenvolver ações que desenvolvam uma funcional cívica e turística que atinja as necessidades regional ao explorar espaços criativos, diversos, vivos e fluidos para promoção da cultura, projetos sociais, atividades de promoção de lazer, eventos e etc.
Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham	Estruturar programas para a inclusão e capacitação de mulheres dentro de áreas fundamentais para o turismo, assegurando a inserção delas dentro de eixos estratégicos e sua segurança contra qualquer tipo de exploração ou violência.
PIB per capita	Desenvolver a marca regional da RT Pontal Paulista com produtos inovadores que explorem a experiência autêntica e a empoderamento das qualidades regionais junto com a colaboração de parceiros (comunidade científica, pública e privada) para auxiliarem para a robustez e solidez de consumo de forma crescente pelos mais diversos públicos.
Desemprego	Incentivar o empreendedorismo e a empregabilidade por via de linhas de crédito financiadas pelo CREDITUR e FUNGETUR criar empreendimento modelos com foco de incubadores e aceleradores de negócios inovadores no turismo, posicionando estrategicamente a RT Pontal Paulista no setor de inovação do turismo brasileiro.
Desemprego de jovens	Estruturar ações A desenvolvimento de parcerias com programas de Ensino Social Profissionalizante (ESPRO) ou outras instituições que possibilitem o jovem a ter a experiência de estagiar ou ser atuar enquanto jovem aprendiz em empresas diretamente relacionadas com as atividades turísticas.
Jovens que nem estudam nem trabalham	Estruturar ações de desenvolvimento de programas de Ensino Social Profissionalizante (ESPRO) que possibilitem proporcionar a experiência de jovens de 14 aos 24 anos em ter o contato com o setor do turismo e estarem sendo capacitados com os treinamentos teóricos (uma vez por semana) enquanto jovem aprendiz em áreas diretamente relacionadas com o turismo.
Grau de estruturação das políticas de transparência	Assegurar o acesso à informação as ações da região turística, em ações de marketing da RT Pontal Paulista como destino de experiências autênticas, alimentando diariamente em portais de transparência e redes para uma

	concepção da imagem da região turística, na sua cultura, tradições, valores, ações sustentáveis, inovações e atrativos.
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Ao observar o Quadro 15 pode-se perceber o direcionamento de diversas estratégias para a RT Pontal Paulista a partir da coleta de informações dos indicadores da plataforma IDSC-BR, com as ações estruturadas dentro do cenário de proporcionar o desenvolvimento sustentável por meio do turismo. Assim, as estratégias foram desenvolvidas a fim de posicionar a RT Pontal Paulista em amplos contextos.

As propostas das ações para a RT Pontal Paulista possibilitam compreender que o turismo é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento sustentável dos municípios, tendo em vista a necessidade da melhoria na qualidade de vida para todos que a atividade pode proporcionar para atingirmos a meta estipulada pela ONU na Agenda 2030.

Dentro dessa perspectiva, os autores perceberam a necessidade de aprofundar sobre as propostas elaboradas, considerando diversos outros fatores fundamentais para o desenvolvimento e estruturação das ações. Neste sentido, foi desenvolvido as etapas sobre cada indicador para o turismo na RT Pontal Paulista

O Quadro 16 foca em trazer estratégias para os indicadores dentro do turismo, contendo cada fase do processo para implementação do indicador analisado. Dessa forma, apresenta três colunas, a primeira sobre o indicador, a segunda em relação as fases de implementação e a terceira a ação detalhada:

Quadro 16: Proposta de ação no indicador de investimento público em infraestrutura urbana por habitante no turismo

Indicador	Fases de implementação	Ação detalhada
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante no turismo	Diagnóstico e planejamento	Analisar a condição atual da infraestrutura turística da RT Pontal Paulista
		Elaborar um plano de ação turístico regional com cronograma, orçamento, e as ações necessárias
	Debate e decisão das estratégias	Mapear estratégias de infraestrutura funcional cívica e turística que atinja as necessidades municipais e regional ao explorar espaços criativos, diversos, vivos e fluidos para o desenvolvimento sustentável.
	Solicitação de recursos	Relatar detalhadamente o destino de cada recurso nas áreas estratégicas do desenvolvimento regional, considerando os contratos com empresas e parcerias com instituições.
		Submeter projeto(s) em plataformas de solicitação de recursos SICONV para aprovação e consequentemente o repasse dos recursos
	Monitoramento	Monitorar prazos, qualidade do serviço prestado, condições gerais do contrato e sua vigência com os requisitos legislativos estaduais e nacionais.
	Resultados	Acompanhar os impactos dentro dos municípios da RT Pontal Paulista e seus reflexos na qualidade de vida diária da população e dos turistas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Ao analisar a proposta, é possível identificar que a ação propôs um cenário completo do processo para a implementação do indicador dentro do turismo, pautando-se nos desafios eminentes sobre cada parte da implementação. Portanto, o indicador “Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante no turismo” retrata de forma concreta a importância do setor do turismo para a implementação da Agenda 2030 dentro do cenário regional do turismo na RT Pontal Paulista.

A sessão sobre Diagnóstico e planejamento mostra a necessidade de compreender a situação da temática nos municípios, com uma análise ampla da qualidade e funcionalidade

da infraestrutura turística. Esse cenário permite na adoção de um plano de ação de acordo com as características regionais.

No Debate e discussão pode-se perceber a necessidade de um mapeamento das estratégias que busquem desenvolver uma infraestrutura de impacto significativo das pessoas que moram na cidade e dos visitantes. Assim, tendo espaços mais interativos por sua proposta diferente, o que proporciona uma melhor interação com o local.

A parte da solicitação de recursos como mencionada, possui um papel fundamental para este processo, pois, é onde há a submissão da proposta de projeto e a justificativa orçamentária para a sua implementação. Se caso aprovada o município recebe o repasse dos recursos para o desenvolvimento do projeto.

O monitoramento do início até o término dos projetos é reflexo do comprometimento municipal e regional com a infraestrutura cívica e o turismo, tendo em vista que é por ela que a relação entre indivíduo e cidade acontece. Dessa forma, entende-se a complexidade desse tópico para o desenvolvimento regional por estar vinculado a diversas questões.

Os resultados representam o impacto da ação da RT Pontal Paulista é fundamental para compreensão se os resultados foram de encontro as necessidades regionais e com os objetivos alinhados, o que permite ter a dimensão do impacto que o projeto proporcionou na vida das pessoas em diversos sentidos.

Analisar os outros indicadores utilizando essa estratégia que detalha as ações se mostra algo fundamental para trazer clareza de como o turismo pode ser utilizado para o desenvolvimento regional e com o cumprimento da Agenda 2030. Dessa forma, o Quadro 17 retrata as ações em relação ao indicador Emissões de CO2 per capita e como o turismo pode entrar enquanto uma ferramenta estratégica:

Quadro 17: Proposta de ação no indicador emissão de CO2

Indicador	Fases de implementação	Ação detalhada
Emissões de CO2	Diagnóstico e planejamento	Analisar os níveis de emissão e as principais fontes de emissão de CO2 causadas pelo desenvolvimento da atividade do turismo
		Compreender o impacto gerado das emissões de CO2 na RT Pontal Paulista

	Debate e decisão das estratégias	Decidir as ações que podem proporcionar uma alternativa mais sustentável para o desenvolvimento do turismo com impacto positivo
	Solicitação de recursos	Relatar detalhadamente o destino de cada recurso nas áreas estratégicas do desenvolvimento regional, considerando os contratos com empresas e parcerias com instituições.
		Submeter projeto(s) em plataformas de solicitação de recursos SICONV para aprovação e consequentemente o repasse dos recursos
	Monitoramento	Monitorar prazos, qualidade do serviço prestado, condições gerais do contrato e sua vigência com os requisitos legislativos estaduais e nacionais.
	Resultados	Acompanhar os impactos dentro dos municípios da RT Pontal Paulista e seus reflexos na qualidade de vida diária da população e dos turistas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Ao analisar o Quadro 17 pode-se perceber uma proposta regional de desenvolver um turismo sustentável em relação ao CO₂, tendo em vista que a atividade tem responsabilidade na emissão de CO₂. Assim, as estratégias podem ser direcionadas para os gestores dos municípios da RT Pontal Paulista estruturarem ações para o desenvolvimento do turismo regional.

A proposta busca desenvolver uma análise completa do cenário das emissões dentro do turismo, buscando entender quais são as modalidades dentro das características de demanda turística regional responsáveis pela emissão de CO₂. Além disso, deve-se compreender o impacto gerado nas cidades, na natureza, para a população e para a realização de atividades sustentáveis dentro do turismo. O Quadro 18 busca trazer a proposta de ação no indicador taxa de áreas florestadas e naturais, utilizando o turismo como estratégia.

Quadro 18: Proposta de ação no indicador taxa de áreas florestadas e naturais no turismo

Indicador	Fases de implementação	Ação detalhada
Taxa de áreas florestadas e naturais	Diagnóstico e planejamento	Realizar um levantamento dos principais atrativos naturais, biodiversidade existente nesses locais, identificar os principais impactos ambientais causados pelas atividades do turismo junto com a comunidade.
	Debate e decisão das estratégias	Definição de metas claras e mensuráveis para conservar a biodiversidade, redução dos impactos gerados pela atividade do turismo com programas adaptados para a região turística junto os empreendedores e a comunidade da RT Pontal Paulista.
	Solicitação de recursos	Relatar detalhadamente o destino de cada recurso nas áreas estratégicas do desenvolvimento regional, considerando os contratos com empresas e parcerias com instituições.
		Submeter projeto(s) em plataformas de solicitação de recursos SICONV para aprovação e consequentemente o repasse dos recursos
	Monitoramento	Monitorar prazos, qualidade do serviço prestado, condições gerais do contrato e sua vigência com os requisitos legislativos estaduais e nacionais.
	Resultados	Analisar os impactos dos projetos para a promoção da restauração de áreas naturais atingidas pela atividade turística insustentável.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O Quadro 18 trata sobre o indicador de taxas de áreas florestadas e naturais pode ser auxiliado pelas atividades do turismo, pois, ao identificar os principais desafios a serem enfrentados em relação a atrativos e locais responsáveis por prejudicar áreas florestadas na RT Pontal Paulista. Com isso, o setor pode servir de auxílio para o desenvolvimento sustentável para a Agenda 2030.

Os desafios apontam a criação de iniciativas que busquem compreender o cenário da taxa de áreas florestadas e naturais da RT Pontal Paulista, retratando a importância do turismo enquanto uma estratégia relevante de monitoramento e preservação.

É importante mencionar a definição de metas mensuráveis para os municípios da RT Pontal Paulista, ou seja, objetivos mensuráveis dentro da realidade das cidades. Neste sentido, os gestores devem articular de forma estratégica sobre os projetos necessários para reduzir os impactos proporcionados pelo turismo insustentável. O Quadro 19 retrata uma proposta do indicador de investimento público em sociedade civil:

Quadro 19: Proposta do indicador de investimento público em sociedade civil

Indicador	Fases de implementação	Ação detalhada
Investimento Público em sociedade civil	Diagnóstico e planejamento	Analisar dentro da RT Pontal Paulista os espaços e locais destinados para atividades cívico-culturais
	Debate e decisão das estratégias	Realizar uma análise (SWOT) da qualidade da estrutura dos locais cívicos-culturais em seus pontos fortes fracos, fortes, oportunidades e ameaças.
	Solicitação de recursos	Relatar detalhadamente o destino de cada recurso nas áreas estratégicas do desenvolvimento regional, considerando os contratos com empresas e parcerias com instituições.
		Submeter projeto(s) em plataformas de solicitação de recursos SICONV para aprovação e consequentemente o repasse dos recursos
	Monitoramento	Monitorar prazos, qualidade do serviço prestado, condições gerais do contrato e sua vigência com os requisitos legislativos estaduais e nacionais.
	Resultados	Analisar o impacto dos projetos cívico-culturais dentro da RT Pontal Paulista e verificar opinião da comunidade de possíveis melhorias.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O Quadro 19 trabalha com o indicador de investimento público em sociedade civil com foco nos locais de interesse público. Essa análise busca trazer um olhar detalhado sobre a qualidade desses locais destinados para atividades cívico-culturais, seja em seus pontos fracos, fortes, oportunidades e ameaças. O Quadro 20 busca trazer a proposta de ação no

indicador mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham no turismo.

Quadro 20: Proposta de ação no indicador mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham no turismo

Indicador	Fases de implementação	Ação detalhada
Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham	Diagnóstico e planejamento	Realizar uma análise do cenário das mulheres que não trabalham nem estudam dentro da RT Pontal Paulista
	Debate e decisão das estratégias	Articular projetos de turismo poderia ser uma ferramenta para a promoção para a inclusão das mulheres em forma de desenvolvimento social e profissional.
	Solicitação de recursos	Relatar detalhadamente o destino de cada recurso nas áreas estratégicas do desenvolvimento regional, considerando os contratos com empresas e parcerias com instituições que trabalham diretamente com o aprimoramento de mulheres.
		Submeter projeto(s) em plataformas de solicitação de recursos SICONV para aprovação e consequentemente o repasse dos recursos
	Monitoramento	Monitorar prazos, qualidade do serviço prestado, condições gerais do contrato e sua vigência com os requisitos legislativos estaduais e nacionais.
	Resultados	Avaliar os resultados constantemente sobre o desenvolvimento das mulheres dentro do perfil do indicador e verificar sua opinião nas melhorias que poderiam ser incorporadas

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O Quadro 20 trabalha sobre o indicador de mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham, onde há a proposta inicial da criação de projetos iniciais para que o turismo possa desenvolver e incluir essas mulheres em um programa de trabalho e desenvolvimento pessoal. O Quadro 21 busca trazer a proposta de ação no indicador PIB per capita no turismo.

Quadro 21: Proposta de ação no indicador PIB per capita no turismo

Indicador	Fases de implementação	Ação detalhada
PIB per capita	Diagnóstico e planejamento	Analisar o mercado dominante do turismo na regional
	Debate e decisão das estratégias	Debater estratégias para diversificar e aprimorar a demanda turística da RT Pontal Paulista de negócios sustentáveis e inovadores para o desenvolvimento econômico-sustentável do mercado.
	Solicitação de recursos	Submeter projeto(s) em plataformas de solicitação de recursos SICONV para aprovação e consequentemente o repasse dos recursos
	Monitoramento	Monitorar prazos, qualidade do serviço prestado, condições gerais do contrato e sua vigência com os requisitos legislativos estaduais e nacionais.
	Resultados	Avaliar os impactos gerados pela ação como também auxiliar desenvolvimento de negócios e atrativos mais inovadores e chamativos em suas experiências.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O Quadro 21 reflete sobre o indicador PIB per capita, trazendo a pauta de uma análise regional do mercado dominante, além de relatar a importância de fomentar outros setores emergente a adquirirem um desenvolvimento sustentável e inovador para um mercado mais equilibrado e justo que possibilite a diversidade no setor. O Quadro 22 traz a proposta de ação no indicador no turismo:

Quadro 22: Proposta de ação no indicador desemprego no turismo

Indicador	Fases de implementação	Ação detalhada
Desemprego	Diagnóstico e planejamento	Analisar detalhadamente a quantidade de desempregos e os eixos de trabalhos predominantes na RT Pontal Paulista
	Debate e decisão das estratégias	Elaborar estratégias para promover a geração de empregos diretamente e indiretamente relacionados ao

		turismo de forma a capacitar e qualificar no mercado turístico
	Solicitação de recursos	Submeter projeto(s) em plataformas de solicitação de recursos SICONV para aprovação e consequentemente o repasse dos recursos
	Monitoramento	Monitorar prazos, qualidade do serviço prestado, condições gerais do contrato e sua vigência com os requisitos legislativos estaduais e nacionais.
	Resultados	Avaliar os dados de desemprego e a qualidade de trabalho para as pessoas dentro do setor

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O Quadro 22 retrata na compreensão do indicador de desemprego aos gestores buscarem realizar um levantamento do desemprego, averiguando quais os erros que proporcionam essa situação. Além disso, é possível identificar que a atividade possibilita na geração de empregos estratégicos diretos e indiretos ao turismo, o que mostra a necessidade dos gestores em articular com outras setores. O Quadro 23 retrata a proposta de ação no indicador de desemprego de jovens no turismo:

Quadro 23: Proposta de ação no indicador desemprego de jovens no turismo

Indicador	Fases de implementação	Ação detalhada
Desemprego de jovens	Diagnóstico e planejamento	Analisar a quantidade de jovens em situação de desemprego e compreender os motivos que levam essa situação de não inserção dos jovens no mercado
	Debate e decisão das estratégias	Definir setores de inserção de jovens no turismo através da promoção e parcerias com empresas de turismo na criação de cargos de jovens aprendiz e estágios.
	Solicitação de recursos	Submeter projeto(s) em plataformas de solicitação de recursos SICONV para aprovação e consequentemente o repasse dos recursos
	Monitoramento	Monitorar prazos, qualidade do serviço prestado, condições gerais do contrato e sua vigência com os requisitos legislativos estaduais e nacionais.

	Resultados	Monitorar e analisar a melhoria no cenário da inserção dos jovens no mercado de trabalho.
--	------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O Quadro 23 retrata o indicador de desemprego de jovens e o turismo enquanto uma ferramenta interessante para a implementação de ações regionais para melhoria desse indicador. A proposta mostra que o turismo poderia articular em criar parcerias com empresas de turismo para criarem cargos de jovens aprendiz e estágio. Quadro 24 busca trazer a proposta de ação do indicador jovens que nem estudam nem trabalham:

Quadro 24: Proposta de ação do indicador jovens que nem estudam nem trabalham

Indicador	Fases de implementação	Ação detalhada
Jovens que nem estudam nem trabalham	Diagnóstico e planejamento	Criar um levantamento de dados atualizados sobre o indicador e compreender os principais motivadores para o cenário em cada município da RT Pontal Paulista
	Debate e decisão das estratégias	Definir setores de inserção de jovens no turismo através da promoção e parcerias com empresas de turismo na criação de cargos de jovens aprendiz e estágios em parceira estratégica com instituições diretamente vinculadas com o turismo
		Estruturar parcerias com instituições como NUBE, ESPRO, CIEE e etc.
	Solicitação de recursos	Submeter projeto(s) em plataformas de solicitação de recursos SICONV para aprovação e consequentemente o repasse dos recursos
	Monitoramento	Monitorar prazos, qualidade do serviço prestado, condições gerais do contrato e sua vigência com os requisitos legislativos estaduais e nacionais.
	Resultados	Monitorar e analisar a melhoria no cenário da inserção dos jovens no mercado de trabalho

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O Quadro 24 retrata sobre o indicador jovens que não trabalham nem estudam partindo do princípio de compreender a quantidade em dados e os principais motivadores para que essa situação. Este programa basicamente retrata a mesma situação do tema anterior, pois possuem uma realidade bem próxima.

Quadro 25: Proposta da estruturação de grau de estruturação das políticas de transparências

Indicador	Fases de implementação	Ação detalhada
Grau de estruturação das políticas de transparência	Diagnóstico e planejamento	Criar um levantamento de informações de transparência de dados públicos (obras, cargos públicos, orçamento de projetos públicos, demanda no turismo e etc)
	Debate e decisão das estratégias	Elaborar estratégias para ampliar as formas de transparência através de ferramentas de maior alcance
		Contratar jovens para atuarem na promoção das atividades em plataformas digitais
	Solicitação de recursos	Submeter projeto(s) em plataformas de solicitação de recursos SICONV para aprovação e consequentemente o repasse dos recursos
	Monitoramento	Monitorar prazos, qualidade do serviço prestado, condições gerais do contrato e sua vigência com os requisitos legislativos estaduais e nacionais.
	Resultados	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O Quadro 25 retrata sobre o indicador de grau de estruturação das políticas de transparência na RT Pontal Paulista. Este indicador é recomendado ser desenvolvido a partir de um levantamento e a disponibilização de informações públicas como obras, cargos públicos, orçamento de projetos, demanda para o turismo e etc.

A transparência é uma estratégia fundamental para a credibilidade de um município, pois, é por meio dela que os moradores podem notar as ações realizadas pelos gestores e até mesmo criar ideias para a melhoria e direcionamento de projetos. Além disso, esse mecanismo possibilita que turistas possam conhecer um pouco mais sobre as cidades, e perceber que estão fomentando melhorias aos seus municípios, entre outros benefícios

As propostas evidenciadas até então retratam como os municípios podem se posicionar estrategicamente para a promoção do desenvolvimento regional sustentável ao conduzir as cidades a criar propostas adaptadas ao contexto da RT Pontal Paulista e seus municípios. Nesse sentido, os benefícios podem ser diversos para a região, trazendo um novo olhar ao contexto de governança regional entre municípios.

Essa perspectiva carrega consigo alguns apontamentos importantes a serem esclarecidos. A partir disso, os autores perceberam a necessidade de retratar cada indicador e seus impactos na imagem da gestão do turismo da RT Pontal Paulista.

O Quadro 26 mostra detalhadamente como os indicadores podem proporcionar melhorias para os municípios da RT Pontal Paulista. A primeira parte retrata sobre o indicador da IDSC-BR no turismo e a segunda nos detalhes de impacto regional como evidenciado a seguir:

Quadro 26: Melhorias aos municípios da RT Pontal Paulista

Indicador IDSC-BR no turismo	Detalhes de impacto regional
Investimento Público em Infraestrutura Urbana por Habitante	Melhoria na experiência do turista; Aumento da competitividade; Melhoria na qualidade de vida; Desenvolvimento econômico.
Emissões de CO2 per capita	Mitigação das mudanças climáticas; Preservação dos destinos turísticos; Sustentabilidade do setor; Cumprimento de metas globais.
Taxa de Áreas Florestadas e Naturais	Preservação da biodiversidade; Proteção dos ecossistemas; Mitigação dos impactos ambientais; Valorização do patrimônio cultural e Promoção do turismo sustentável.
Investimento público em Sociedade Civil	Inovação; Participação da comunidade; Sustentabilidade; Fortalecimento da governança; Promoção do turismo social; Desenvolvimento de destinos turístico sustentáveis.
Mulheres Jovens de 15 a 24 Anos que não Estudam nem Trabalham	Redução da desigualdade; Empoderamento feminino; Crescimento econômico e Redução da evasão escolar.
PIB per capita	Capacidade de investimento; Qualidade dos serviços; Renda da população; Atração de investimentos; Melhoria na qualidade de vida.
Desemprego	Criação de novos negócios; Capacitação profissional; Promoção do turismo local; Aumento da renda e redução da desigualdade social.

Indicador IDSC-BR no turismo	Detalhes de impacto regional
Jovens que nem estudam nem trabalham	Aumento da mão de obra qualificada; Diminuição da ociosidade; Fortalecimento do capital social.
Grau de estruturação das políticas de transparência	Confiança e credibilidade; Melhoria de imagem; Redução de riscos; Facilitação em parcerias e Fortalecimento da governança.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Ao analisar o Quadro 25 pode-se perceber a importância das ações do turismo na RT Pontal Paulista em diversos fatores. Cada indicador possui uma vantagem em específico que pode auxiliar os municípios a se posicionarem estrategicamente competitivamente no mercado regional de turismo.

O indicador de Investimento Público em Infraestrutura Urbana por Habitante está relacionado com o desenvolvimento da experiência do turista e melhoria do desenvolvimento local pelo fato de ser fundamental para o deslocamento e a utilização dos serviços urbanos pelo turista em sua visita.

Prevenir as emissões de CO₂ ocasionadas pelo turismo promove a mitigação das mudanças de clima, preservação dos destinos e o cumprimento com as metas globais. Essa perspectiva auxilia o destino a se posicionar em preservar e valorizar atrativos localizados em áreas naturais, o que credibiliza o controle da cidade sobre seus valores naturais e ambientais.

O controle da taxa de preservação de florestas e natureza implica em um destino comprometido com a gestão desses locais para com a preservação da biodiversidade, mitigação de impactos negativos ao meio ambiente e aos valores culturais sobre a localidade. Dessa forma, mostra a responsabilidade dos gestores da manter o patrimônio natural e cultural, potencializando a imagem da RT Pontal Paulista em relação ao turismo sustentável.

O investimento público na sociedade civil demonstra a inovação, sustentabilidade, envolvimento a comunidade, sustentabilidade e fortalecimento público.

Neste sentido, adotar essa estratégia permite a gestão a inovar ao investir em ações para os habitantes da RT Pontal Paulista.

Ao investir no indicador relacionado a mulheres Jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham permite na redução das desigualdades existentes na promoção de emprego, no empoderamento feminino e na geração de empregos dentro do turismo. Isso permite a região a empoderar o desenvolvimento do empoderamento feminino e no cumprimento da Agenda 2030 da ONU sobre este indicador.

O PIB per capita envolve o desenvolvimento regional no quesito econômico, com investimento, qualidade de serviços e outras coisas. Esse tema é fundamental para que o turismo se torne mais importante no cenário da RT Pontal Paulista.

O indicador de desemprego atingido proporciona a criação de novos empregos, capacitação de profissionais, aumento da renda e diminuição das desigualdades. Dessa forma, o setor do turismo proporciona o desenvolvimento dos municípios em diversos sentidos e assim os gestores conseguem ter uma visão mais concreta.

O indicador de jovens que nem estudam nem trabalham pode proporcionar o aumento da geração de emprego e renda, além de capacitar os jovens dentro do mercado do turismo. Assim, a demanda por empregos possibilita criar uma nova realidade para o cenário regional, com trabalhos diretamente e indiretamente conectados com o turismo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho buscou conhecer e identificar os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como subsídio à governança municipal para o planejamento do turismo na Região Turística Pontal Paulista-RTPP para fortalecer o turismo regional sustentável, a partir do questionamento da utilização dos ODS da Agenda 2030 enquanto uma ferramenta de desenvolvimento regional em conjunto com o turismo.

Observou-se o 17 ODS e 169 indicadores da Agenda 2030 estabelecidos pela ONU trabalham com mecanismo estratégico amplo para um futuro mais justo, equitativo e responsável, onde o desenvolvimento sustentável norteia ações de redução das desigualdades sociais, econômicas e ambientais, mas que ainda apresenta resultados incipientes dentro do cenário mundial.

O turismo enquanto atividade econômica de importância global exerce um trabalho de complementariedade com os ODS da Agenda 2030 por promover os indicadores sustentáveis de forma direta e indireta. Entretanto, a atividade possui diversos desafios significativos para seu desenvolvimento no aspecto econômico, social e ambiental, onde os ODS entram como auxílio norteador para um turismo mais sustentável.

A Política Nacional do Turismo comprova a relação entre o turismo e os ODS da Agenda 2030 em refletir ações positivas no cenário nacional em busca do desenvolvimento sustentável, a partir da correlação entre os indicadores e os incisos que proporcionem melhor direcionamento das ações turísticas, facilitando o processo de inserção de políticas públicas de desenvolvimento sustentável nas cidades brasileiras.

No Estado de São Paulo os ODS da Agenda 2030, a implementação tardia dos ODS dentro das agendas públicas ocasionou um cenário de desenvolvimento e monitoramento dos municípios no ODS mais desafiador, observado com a ausência de municípios atingindo a agenda. Entretanto, percebeu-se o potencial dos programas desenvolvidos pela SETUR de impulsionar aceleradamente o processo de implementação sustentável de forma intersetorial, dentre eles a regionalização municipal que busca o desenvolvimento descentralizado entre municípios de regiões turísticas.

O cenário do desenvolvimento emergente do turismo no mapa do turismo e dos ODS da Agenda da 2030 da ONU pela plataforma IDSC-BR na RT Pontal Paulista demonstrou a

necessidade de articulação intersetorial conjunta e ações multilaterais, um cenário de diversas oportunidades para a elaboração de estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável regional.

Os resultados apontam que os indicadores do turismo na plataforma do IDSC-BR os indicadores a serem desenvolvidos na RT Pontal Paulista ainda se encontra pouco desenvolvidos. Entretanto, a análise das propostas da Organização Mundial do Turismo sobre cada indicador coletado, demonstrou o potencial de articulação entre os dois eixos, unificando o indicador ODS com as ações do turismo enquanto promotor do desenvolvimento sustentável regional. Essa articulação permitiu um entendimento da organização das estratégias e dos procedimentos necessários para estruturar o desenvolvimento regional sustentável de forma planejada.

Cada indicador analisado revela um papel importante do turismo na região, desde o desenvolvimento da experiência do turista até o empoderamento feminino e a redução das desigualdades sociais. A combinação dessas ações demonstra uma visão estratégica para o turismo e o atingimento dos ODS da Agenda 2030, que buscam não apenas atrair visitantes ou não, mas também melhorar a qualidade de vida da população local.

Os apontamentos realizados em cada ação facilitam no entendimento dos processos em que os municípios precisam aprimorar sobre cada detalhe, o que permite uma comunicação mais clara e concisa sobre como os ODS devem estar articulando com as políticas públicas regionais de turismo na RT Pontal Paulista, possibilitando os gestores no trabalho conjunto.

Neste sentido, este estudo contribuiu de forma ampla na compreensão dos desafios regionais de desenvolvimento sustentável para a RT Pontal Paulista por ser um estudo emergente no assunto e complexo por trazer a análise multilateral entre o turismo e os ODS da Agenda 2030 da ONU, auxiliando para que o assunto adquira mais importância para os municípios do Estado de São Paulo.

Sugere-se aos futuros estudos desenvolver uma análise mais profunda em regiões turísticas já consolidadas no mercado do turismo, realizando um modelo da localidade dentro dos ODS da ONU. Essa análise pode permitir conhecer as formas de articular os ODS e o turismo em diferentes regiões, tendo em vista a diversidade territorial, econômica, social e ambiental das cidades brasileiras.

8. REFERENCIAL TEÓRICO

ANJOS, Francisco Antônio dos; ANDRADE, Ilário Caubi Fraga de. As regiões turísticas de Santa Catarina: análise do desenvolvimento turístico regional a partir da categorização do Mapa do Turismo Brasileiro – 2019 (MTUR). **Turismo: Visão e Ação**, Itajaí, v. 22, n. 3, p. 568-588, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/RWCsmFNPB3yb3JCJpNd5fxw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 dez. 2024.

BENCKE, Luciana Regina; PEREZ, Anderson Luiz Fernandes. Análise dos principais modelos de indicadores para cidades sustentáveis e inteligentes. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 6, n. 37, p. 68-83, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324534197_Analise_dos_principais_modelos_de_indicadores_para_cidades_sustentaveis_e_inteligentes. Acesso em: 4 dez. 2024.

BERALDO, Sidney Estanislau. O controle externo e os ODS. **Cadernos da Escola Paulista de Contas**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 9-11, jan. 2019. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/63>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRAGA, Waleska Reali de Oliveira. **Objetivos de desenvolvimento sustentável aplicado em cidades de pequeno e médio porte: a cidade ideal e a cidade real**. 2023. 203 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/642fa732-ffeb-45da-80ae-11655e8574b1>. Acesso em: 4 dez. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Acesso à informação: ações e programas**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas>. Acesso em: 01 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Boletim Fungetur: dados de dezembro**. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/fungetur/copy3_of_012024BoletimFungeturPublicaodadosdedezembro. Acesso em: 01 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estratégias Territoriais para o Desenvolvimento Turístico**. Disponível em: <https://regionalizacao.turismo.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2024

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm. Acesso em: 1 dez. 2024.

BRASIL. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Mapa do Turismo Brasileiro (2024)**. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr/mapa-do-turismo-brasileiro>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **O que é o Prodetur Turismo** (2024). Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/prodetur-turismo/o-que-e-o-prodetur-turismo>. Acesso em: 01 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Perguntas e respostas sobre categorização do Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/programa-de-regionalizacao-do-turismo/programa-de-regionalizacao-do-turismo/perguntas_respostas_categorizacao_2016.pdf. Acesso em: 1 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria nº 41, de 24 de novembro de 2021**. Dispõe sobre a atualização de políticas de turismo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mtur-n-41-de-24-de-novembro-de-2021-362609866>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Regionalização do Turismo no Brasil: Conceitos e Aplicações**. Brasília: Ministério do Turismo, 2019. 100 p. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=91&Itemid=273. Acesso em: 01 nov. 2024

CENTRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (CLP). **Ranking de competitividade dos Estados e Municípios**. Disponível em: <https://conteudo.clp.org.br/ranking-de-competitividade-2023-relatorios>. Acesso em: 04 Jul. 2024.

COSTA, Helena Araújo; VILELA, Grazielle Júnia Pereira. Políticas Públicas de Turismo: uma análise dos planos nacionais de turismo do Brasil (2003-2022). **Revista Turismo em Análise -RTA**. n.31, n.1, ECA: USP, jan./abr. 2020, p. 115-132. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/147341>. Acesso em: 13 jan. 2024.

DALLOLIO, Leandro Luis dos Santos. O Índice de Efetividade da Gestão Municipal e a Agenda 2030 como Ferramentas para Aprimoramento do Plano Plurianual (PPA). **Cadernos**, [S.l.], v. 1, n. 11, p. 07-28, ago. 2023. ISSN 2595-2412. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/242>. Acesso em: 04 jul. 2024.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES. **Perfis das cidades brasileiras**. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/>. Acesso em: 4 dez. 2024.

KRONEMBERGER, Denise Maria Penna. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. **Ciência e cultura**, v. 71, n. 1, p. 40-45, 2019. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100012. Acesso em: 01 nov. 2024

MARTINS, Ana Luisa Jorge et al. Potencialidades e desafios do monitoramento da saúde na Agenda 2030 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 2519-2529, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/J7hJ6qcJxYV7KNjbngMjrbs/>. Acesso em: 01 nov. 2024

MELO, Danilo; VAN BELLEN, Hans Michael. Desafios democráticos à construção e implementação de indicadores: o caso do Programa Cidades Sustentáveis. **Revista Grifos**, v. 28, n. 46, p. 88-114, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v28i46.4696>. Acesso em: 04 Jul. 2024.

MIZUTANI, Meriellen Nuvolari Pereira; CONTI, Diego de Melo. Indicadores de sustentabilidade como ferramenta de gestão no planejamento urbano: um estudo sobre a cidade de Barueri. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 8, n. 46, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5399>. Acesso em: 4 dez. 2024.

ONU. **Resoluções da 77ª Assembleia Geral**. [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em: <https://www.un.org/en/ga/77/resolutions.shtml>. Acesso em: 04 jul. 2024.

ONU. **Indicadores Globais do Desenvolvimento Sustentável**. [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs>. Acesso em: 04 jul. 2024.

ONU. **Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais**. [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/dnss/gp/fundprinciples.aspx>. Acesso em: 04 jul. 2024.

ONU. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <https://www.undp.org/sustainable-development-goals>. Acesso em: 04 jul.

NARDONE, José Paulo. A Assimilação dos ODS, da Agenda 2030, pelos Municípios Brasileiros. **Cadernos**, [S.l.], v. 1, n. 11, p. 107-128, ago. 2023. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/253>. Acesso em: 03 jul. 2024.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; DE ALENCAR, Maria Aparecida Carvalho. Pesquisa científica: conceitos básicos. ID on line. **Revista de psicologia**, v. 10, n. 29, p. 144-151, 2016. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/390>. Acesso em: 01 jun. 2024

ONU. **A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 04 jul. 2024.

ONU. Organização Mundial do Turismo e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** - Jornada para 2030. Madrid: UNWTO, 2017. 114 p. ISBN: 978-92-844-1939-5. Acesso em: 04 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Tendências e políticas do turismo na OCDE**: Edição 2023. [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/publications/oecd-tourism-trends-and-policies-20767773.htm>. Acesso em: 04 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Turismo tem potencial para desempenhar papel fundamental na recuperação da pandemia global**. 2022.

Disponível em: <https://www.ilo.org/resource/brief/covid-19-and-tourism-sector>. Acesso em: 21 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Tendências e políticas do turismo na OCDE**: Edição 2022. [S.l.: s.n.], 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/publications/oecd-tourism-trends-and-policies-20767773.htm>. Acesso em: 04 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Reunião tripartite sobre o futuro do trabalho**: o trabalho decente como elemento central de um desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente. [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em: https://www.ilo.org/sector/activities/sectoral-meetings/WCMS_546337/lang-en/index.htm. Acesso em: 04 jul. 2024.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS (PCS). **O que é um bom indicador**. 2024. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/bom-indicador>. Acesso em: 04 Jul. 2024.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS (PCS). **Sobre o PCS**. 2024. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/pcs>. Acesso em: 04 Jul. 2024.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS (PCS). **Metodologia Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil**. 2024. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology/>. Acesso em: 04 Jul. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **PNUD e Petrobras lançam coletânea de territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2021)**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/pnud-e-petrobras-lancam-coletanea-de-territorializacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 01 nov. 2024.

RODRIGUES, Tatiane Daby de Fatima Faria; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; SANTOS, Josely Alves. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/49>. Acesso em: 06 out. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Turismo. **Ações e Programas**. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/acoes-e-programas>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/>. Acesso em: 4 dez. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Casa Civil. **Histórico integral dos ODS na GESp**. São Paulo: Secretaria de Estado da Casa Civil, 2022. 127 p. PDF. Disponível em: <https://www.casacivil.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/historico-integral-ods-gesp.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Turismo. **Plano de Regionalização do Turismo do Estado de São Paulo**: BID SETUR-SP. São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.turismo.sp.gov.br/dispositivo/customizado_publico/ferramentas_customizadas/periodo_eleitoral/bid/bid_files/02_Plano_Regionalizacao_BIDSETURSP.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Plano Plurianual do Estado de São Paulo 2020-2023**. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <http://planejamento.sp.gov.br/ppa/#ppa2023>. Acesso em: 04 jul. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei nº 285, de 28 de março de 2023**. Institui o Programa Estadual de Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, no âmbito do Estado de São Paulo, como diretriz na formulação de políticas públicas e dá outras providências. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/spl/2023/03/Propositura/1000485610_1000622893_Propositura.pdf. Acesso em: 4 dez. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Turismo de SP deve gerar R\$ 304 bi em movimentação econômica em 2024**. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/turismo-de-sp-deve-gerar-r-304-bi-em-movimentacao-economica-em-2024>. Acesso em: 04 jul. 2024.

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO). **SICONV**: Sistema de Convênios (2024). Disponível em: <http://intra.serpro.gov.br/linhas-negocio/catalogo-de-solucoes/solucoes/principais-solucoes/siconv-sistema-de-convenios>. Acesso em: 01 nov. 2024.

TESKE, Kamyla Taysa et al. A Percepção Da População De Cascavel Quanto Aos Indicadores De Sustentabilidade: uma análise a partir do prêmio Cidade Excelentes. **P2P & Inovação**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/6844>. Acesso em: 04 Jul. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. A importância da gestão de riscos para a administração pública: um estudo de caso do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. **Caderno Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 1-22, mar. 2023. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/253>. Acesso em: 04 jul. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma análise da sua aplicabilidade no Plano Plurianual (PPA). **Revista da Escola Paulista de Contas**, v. 28, n. 3, p. 1-18, ago. 2023. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/download/242/182/>. Acesso em: 04 jul. 2024.

UNDESA. **Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2023**. Disponível em: <https://sdgs.un.org/gedr/gedr2023>. Acesso em: 01 nov. 2024.

UNWTO. **Achieving the Sustainable Development Goals through Tourism – Toolkit of Indicators for Projects (TIPs)**, 2023. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284424344>. Acesso em: 04 jul. 2024.

UNWTO. **Global Tourism Highlights**: Edition 2023. [S.l.: s.n.], 2023. DOI: 10.18111/9789284419401. Acesso em: 04 jul. 2024.

UNWTO. **Goa Roadmap for Tourism as a Vehicle for Achieving the Sustainable Development Goals**. Madrid: UNWTO, 2023. 100 p. ISBN: 978-92-844-2443-6. Disponível em: en.unwto-ap.org/news/worldtourismbarometer_may2023/. Acesso em: 04 jul. 2024.

UNWTO. **World Tourism Barometer**: May 2023. [S. l.]: UNWTO, 2023. 5 p. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/abs/10.18111/wtobarometereng.2023.21.1.2>. Acesso em: 04 jul. 2024.

WICHAISRI, Sittichai; SOPADANG, Agus. Trends and Future Directions in Sustainable Development. **Sustainable Development**, v. 26, n. 1, p. 1-17, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316746673_Trends_and_Future_Directions_in_Sustainable_Development. Acesso em: 5 nov. 2024.